

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**AS REPRESENTAÇÕES DAS MÃES SOBRE A CRECHE: O  
DESAFIO DO SERVIÇO SOCIAL**

Aprovado Pelo DSS  
Em 18/07/96

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina, para a obtenção do*

*Catarina Maria Schmickler* título de Assistente Social, pela acadêmica:  
**Catarina Maria Schmickler**  
Sub-Chefe do Depto. de Serv. Social  
CSE-UFSC

**Maiza Aparecida Pinho.**

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1996.

## AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que colaboraram de alguma forma, no processo da minha formação.

Aos meus pais, José e Ana Maria, em especial, pelo exemplo de perseverança que sempre me transmitiram.

Aos meus irmãos, Joãozinho, Cátia, Jânia e a criança que está sendo gerada — Maria Eduarda — .

Aos meus cunhados Fábio e Ronaldo.

Ao meu namorado, Adriano Hillesheim, pelo carinho, dedicação que sempre me transmite.

À amiga Gislei pelo incentivo.

À professora Geney, por sua dedicação, apoio e disponibilidade em orientar-me na elaboração deste trabalho.

Às Assistentes Sociais Daniela Freitas e Adriana Gois por me terem supervisionado, contribuído para um aprendizado constante.

Aos funcionários do C.S.U, Jaime, Mercês, Tereza, Ana Maria, Eloiza,

Andréia, Janaina, Si, Ivone.

Às mães da creche que contribuíram para a realização deste trabalho.

À Ondina, Zé Nirton, Martinha, funcionários do Departamento de Serviço Social.

A todos, meus sinceros agradecimentos. Obrigada!

## SUMÁRIO

Introdução .....	1
Capítulo I - Creche-Famílias, suas Relações e Contexto	
1. Preliminares .....	3
1.1. A Creche no Brasil: um Breve Mapeamento da sua Trajetória .....	3
1.2. Contexto Catarinense de Atendimento Infantil .....	16
1.3. A Busca de uma Relação Democrática entre creche-Famílias, através do Serviço Social .....	22
Capítulo II - As Representações da Creche para as Mães Usuárias	
2. Preliminares .....	31
2.1. A Creche Nossa Senhora da Boa Viagem atualmente .....	31
2.2. Metodologia da Pesquisa .....	35
2.3. Referencial Teórico Sobre Representação Social e as Principais Análises da Pesquisa .....	37
Considerações Finais .....	64
Bibliografia .....	67
Anexos .....	70

## INTRODUÇÃO

O trabalho, que aqui se desenvolve, é resultado de um processo de aprendizado proporcionado pelo estágio curricular, realizado no período de março a dezembro de 1995 na Creche Nossa Senhora da Boa Viagem, localizada no Bairro Saco dos Limões, no município de Florianópolis.

O tema do presente trabalho surgiu a partir das primeiras observações que realizamos na instituição; desta forma, buscamos junto aos usuários, isto é, as famílias algumas indagações que circunscrevem a creche e as referidas famílias.

À medida que íamos desenvolvendo a prática junto aos usuários, visamos a termos contato com os mesmos, com o intuito de obter informações sobre pesquisas realizadas em relação à creche, para que pudéssemos nos valer do seu resultado. Por surpresa tivemos somente uma de retorno, pelas acadêmicas de medicina, mas não supria os nossos anseios. Para tanto, elaboramos um projeto de pesquisa “Quem são os usuários e o que pensam da creche”, sendo que a supervisora do estágio destacou a importância deste, para a construção de um novo paradigma para o Serviço Social da Instituição.

A vivência no cotidiano da creche, sempre levava a buscar novas informações sobre o que significava a creche na vida destas famílias. O que acham do atendimento oferecido pela creche? Desta forma, procuramos bibliografias que ajudassem a compreender aquele contexto.

Nesse processo, tivemos dificuldades em obter número significativo de referencial teórico juntamente sobre a trajetória da instituição e do próprio Serviço Social no que se relaciona à creche; tivemos que resgatar dados através de

entrevistas com funcionários e ex-funcionários. Frente o exposto, trabalharemos a partir das informações que conseguimos.

O trabalho que aqui se apresenta será dividido em duas partes. No **primeiro capítulo**, discorreremos sobre a trajetória das creches no Brasil, tendo como ponto de referência a creche Nossa Senhora da Boa Viagem, juntamente desenvolveremos fundamentação teórica, com intuito de compreendê-la na sua situação atual. Posteriormente, colocaremos uma breve noção de como está o atendimento em creches no Estado de Santa Catarina. Em seguida, será mostrada a trajetória do Serviço Social na instituição e como este poderá ser o mediador de uma relação democrática entre creche-famílias.

No **segundo capítulo**, colocaremos como está a creche Nossa Senhora da Boa Viagem atualmente. Juntamente, trabalharemos o conceito de representação social, tentando efetuar uma relação da teoria apresentada no capítulo anterior com as representações das mães colhidas através da pesquisa realizada pelo serviço social na creche Nossa Senhora da Boa Viagem, onde trabalharemos as categorias: participação e democracia.

**Em seguida**, faremos algumas considerações sobre o trabalho. Por isso, esperamos estar contribuindo com a sistematização da intervenção do serviço social na instituição. **Finalmente**, colocaremos a referência bibliográfica e os anexos.

## **CAPÍTULO I**

### **Creche-Famílias, Suas Relações e Contexto**

#### **1. Preliminares**

Objetivamos, neste capítulo, mostrar a trajetória do funcionamento das creches no Brasil. Para tanto, tomamos como ponto de apoio a Creche Nossa Senhora da Boa Viagem, local em que desenvolvemos o trabalho como estagiárias do Serviço Social, junto à população usuária.

##### **1.1. A Creche no Brasil: Um Breve Mapeamento de Sua Trajetória.**

Pelo fato de a creche comunitária Nossa Senhora da Boa Viagem não possuir memória histórica, tentaremos resgatar alguns fatos da sua trajetória.

A creche estava prevista com a efetuação do “Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos” no bairro Saco dos Limões, por ser um equipamento tipo “A”, segundo classificação utilizada na instrução do programa.

Desde 1976, a Legião Brasileira de Assistência - L.B.A, trabalhava com um “Projeto de Desenvolvimento de comunidade” no bairro, através de um estagiário de serviço social, Ivete Simmionatto, atual professora do Departamento de Serviço

Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta realizou uma pesquisa que visava a identificar o que a população esperava do Centro Social Urbano - C.S.U.. Como resultado da pesquisa concluíram que a creche era um dos anseios da comunidade, a qual já estava prevista com o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. Inaugurou-se o Centro Social Urbano "Dom Joaquim Domingues de Oliveira", em 09 de setembro de 1978. O resultado da pesquisa serviu de subsídio para o planejamento das ações do serviço social, juntamente com o planejamento dos programas básicos que seriam desenvolvidos no Centro Social Urbano. Esses programas foram também elaborados com base em convênios que estavam sendo realizados.

A Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade — FUCADESC — era o gestor do programa de Centros Sociais Urbanos, no Estado de Santa Catarina, junto com o Conselho Comunitário do Saco dos Limões e, em ação conjunta com a gerente geral, firmaram convênio com a Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor — FUCABEM — sendo que este órgão passou a desenvolver no Centro Social Urbano o "Projeto Casulo", vinculado à L.B.A..

A partir desta articulação, iniciaram-se as atividades na creche, em 1979. A FUCABEM formou a equipe técnica constituída por professores, técnico social, assistente social, auxiliares de sala, merendeiras, enfermeira, médico, como também equipou o prédio. Além disso este órgão passou a desenvolver as atividades e a fiscalizar, a nível superior, as atividades da creche.

Cabia ao Conselho comunitário, principalmente na pessoa do Assistente Social contratado por este, acompanhar a execução do projeto e efetuar a seleção das crianças de zero a seis anos. Este procedimento era de acordo com os critérios do programa no qual fora efetuado convênio, sendo feita a seleção das famílias



mais carentes. Para tanto, a mãe da criança deveria exercer atividade remunerada e a renda familiar não poderia ser acima de dois salários mínimos. Além do que não deveria ter na família irmão da criança que pudesse cuidá-la, e tinha que morar na área de abrangência do C.S.U.: Costeira do Pirajubaé, Pantanal, José Mendes e Saco dos Limões. Estes eram os critérios de seleção em que se pautava a situação sócio-econômica da família.

A creche neste período realizou um trabalho voltado para assistência à criança, a fim de prevenir a marginalidade, mediante cuidados higiênicos, médicos, nutricionais levava em consideração o desenvolvimento bio-psicosocial, no contexto família-comunidade.

Na metade dos anos 80, a FUCADESC junto com o conselho Comunitário do Saco dos Limões e gerente geral, efetuaram convênio com a L.B.A. e a Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, onde passaram a desenvolver o "Projeto Pré-Escola".

Este projeto, juntamente com a vinda da pedagoga Maria Tereza, modificou a estrutura de atendimento, passando a ter mais ênfase a preocupação com a educação. Buscavam realizar um trabalho que visava à socialização, ao desenvolvimento intelectual e cognitivo, através de uma proposta pedagógica de acordo com a faixa etária da criança, executando, assim, um trabalho de alto nível de qualidade. Os profissionais contratados pela FUCABEM não faziam mais parte do quadro funcional da creche, principalmente o serviço social, o assistente técnico, o médico e a enfermeira.

O assistente social, chefe da divisão técnica, possui a função de acompanhar a execução do projeto e efetuar a seleção das crianças, mantendo os princípios

anteriores, como a seleção das crianças das famílias mais carentes da comunidade e das localidades vizinhas, de faixa etária de zero a seis anos.

A pedagoga e a assistente social, por iniciativa próprias, buscaram formar uma associação de pais e professores. Mas com a extinção da FUCADESC desmontou-se a estrutura de atendimento na creche e nos outros programas desenvolvidos no Centro Social Urbano, devido à ausência de recursos financeiros proporcionados pela FUCADESC, juntamente com os convênios articulados com a mesma, onde eram angariados recursos financeiros e humanos.

Portanto, a creche passou por uma nova adaptação a partir deste acontecimento. Passou a atender, então, crianças de zero a dez anos, recaindo sobre o conselho Comunitário o desenvolvimento do programa com poucos recursos financeiros e humanos.

Atualmente, a creche comunitária Nossa Senhora da Boa Viagem desenvolve um trabalho de caráter assistencial do que educacional, não possui um pedagogo que oriente os profissionais que desenvolvem trabalho educativo na instituição, mas tenta, dentro do possível desenvolver um trabalho pedagógico-educativo com a ajuda da Secretaria da Educação, do Município de Florianópolis.

Foram essas as informações conseguidas sobre a creche. Desta forma, colocaremos como as creches foram se desenvolvendo em nosso país.

No Brasil, a creche surgiu com a evolução da economia capitalista no país, juntamente com o desenvolvimento da atividade industrial, dentro de uma perspectiva de urbanização cada vez maior. Portanto, tem que se considerar que em sua trajetória,

*o desenvolvimento urbano não se fez em ritmo constante, nem sem problemas. Antes tem refletido as múltiplas contradições de organização econômica, política e social no Brasil. Nele coexiste crescimento com miséria e desemprego, havendo desigual uso de bens sociais pela diferentes camadas sociais (OLIVEIRA et al, 1994, p.17).*

No início deste século não existia atendimento em creche no Brasil, mas havia uma entidade denominada de "Roda dos Expostos" que abrigava crianças indesejadas em sistema de internato, existente desde o início do século XVIII, pelas instituições religiosas. (GEIS, 1994).

Em relação ao cuidado das crianças pequenas, longe da mãe, vem desde a implantação da industrialização no Brasil, que ocorreu na segunda metade do século passado. Como a base econômica, neste período era a agricultura, a mão-de-obra masculina estava aí empregada. Por outro lado, as mulheres foram incorporadas ao trabalho nas fábricas, sendo que a solução encontrada para o cuidado dos filhos pequenos, deu-se ou a nível familiar ou oferecido a outra mulher em troca de remuneração.

Com a urbanização e a industrialização, veio no seu bojo, um conjunto de fatores que modificou a estrutura familiar, principalmente o que se refere aos cuidados dos filhos pequenos, pois as mulheres das camadas sociais mais desfavorecidas, tiveram que assumir o trabalho assalariado para garantir a sobrevivência da família, ou até serem responsáveis pela mesma.

Assim, as operárias necessitavam de ajuda para cuidarem das crianças pequenas. Estas foram colocadas em instituições. Tal ato era visto como um favor

prestado, um ato de caridade, pelas pessoas ou grupo, embora esta situação fosse resultante do sistema econômico vigente.

O movimento operário da década de 20, intrínseco aos imigrantes europeus mais politizados, trouxe algumas melhorias para os filhos das operárias que passaram a ser atendidos em creches ou escolas maternais montadas em algumas fábricas, juntamente com as instituições filantrópicas (OLIVEIRA, 1994).

Os centros urbanos, que se industrializavam rapidamente, não possuíam infra-estrutura urbana, como saneamento básico, por exemplo, ficando os operários sujeitos a epidemias. Na década de 30, os sanitaristas passaram a defender a creche, preocupados com a reprodução da mão-de-obra, já que em geral moravam em casas insalubres.

Para Haddad (1991, p.24), a creche foi incumbida de

*(...) combater a pobreza e mortalidade infantis. Para atingir estes objetivos adotou padrões e funcionamento que variavam conforme o que se acreditava serem os determinantes da pobreza e da mortalidade infantis.*

Neste contexto, a creche era visualizada como um paliativo, um mal necessário, pois a sociedade a considerava irregular, devido ao ideal da mulher voltada para o lar. Desta forma, somente era justificado o atendimento

*às mulheres viúvas ou abandonadas, que tinham que trabalhar por não terem outra alternativa, ou até atender filhos de mulheres julgadas mães incompetentes. A creche portanto, não legitimava a*

*condição da mulher trabalhadora, devendo evitar e prevenir a desorganização familiar (HADDAD, 1991, p.25).*

Neste período, a creche era concebida como a idéia de abandono, pobreza, culpa, favor, caridade, juntamente com formas precárias de atendimento, e, até hoje, ainda possui algumas destas concepções.

Existiam poucas creches fora das indústrias nas décadas de 30 a 50. Essas eram de responsabilidade das entidades filantrópicas laicas e, principalmente, religiosas. Entidades estas que, com o tempo, passaram a receber ajuda governamental e de famílias ricas para realizarem o seu trabalho (OLIVEIRA, 1994).

O trabalho realizado nas creches junto às crianças

*nesta época era de cunho assistencial-custodial. A preocupação era com a alimentação, higiene e de segurança física das crianças. Um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das mesmas não era valorizado (OLIVEIRA, 1994, p. 19).*

Em contra partida, os Jardins de Infância existentes desde o início do século, desenvolviam uma programação pedagógica, sendo destinados aos filhos das camadas privilegiadas. KISHIMOTO, 1986, (apud, GEIS, 1994).

Na década de 30, com as tensões sociais latentes, Getúlio Vargas cria a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, para regulamentar a relação entre patrões e empregados. Esta possuía alguns pontos sobre o atendimento aos filhos

das trabalhadoras, mas foi modificada em 1967, reduzindo seu atendimento apenas à formação de berçários pelas empresas, criando espaço para que outras entidades abrissem creches, em convênio com empresa empregadora. Porém, o setor público não fiscalizou a oferta de berçários pelas empresas nem assumiu a criação de creches por outras entidades.

Com a crescente urbanização e industrialização ocorrida no país, na segunda metade deste século, aumentou a participação da mulher, de diferentes classes sociais, no mercado de trabalho, elevando, desta forma, a procura por creches e jardins de infância.

No período de 1940 a 1960, o atendimento em creches foi realizado de forma assistencialista, como sendo um favor prestado aos desafortunados. A preocupação governamental estava voltada para a promoção da saúde junto à população pobre, com a finalidade de evitar a marginalidade e a criminalidade, junto às crianças e a adolescentes. (OLIVEIRA, 1994).

Nos governos militares, após 1964, as políticas sociais realizadas a nível federal eram através de órgãos como o Departamento Nacional da Criança, LBA e FUNABEM, que procediam com a idéia de creche como equipamento social de assistência à criança carente, intensificando ainda mais a política de ajuda governamental às entidades filantrópicas. Essas instituições sofreram muitas influências tecnicistas pelo Serviço Social, passando, inclusive, a realizar uma orientação mais técnica ao trabalho junto às crianças, incluindo a preocupação com o aspecto da educação formal Viera, 1986, ( apud GEIS, 1994).

Neste cenário, emerge a teoria da privação cultural que tenta explicar a idéia de marginalidade das camadas sociais mais pobres, como apresenta Oliveira (1994, p.20):

*A partir delas considerava-se que o atendimento a criança pequena em creche possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita. Através de uma educação compensatória (...) começaram a ser elaboradas propostas de trabalho em algumas creches e pré-escolas, responsáveis pelo atendimento às crianças filhos de famílias de baixa renda, defendendo a estimulação cognitiva e o preparo para alfabetização.*

Nos anos 70, a creche freqüentada pelas classes sociais mais privilegiadas, entidades particulares, era defendida como instituição educativa voltada para a construção do conhecimento. Portanto, verifica-se que,

*as crianças dos diferentes grupos sociais eram submetidas em contexto de desenvolvimento diferentes e desiguais nas famílias, nas creches. Enquanto as crianças pobres eram submetidas em creches com proposta que partiam de uma idéia de carência e deficiência, as crianças mais ricas eram colocadas em ambientes estimuladores e considerados como tendo um processo dinâmico de viver e desenvolver-se (OLIVEIRA, 1994, p. 21).*

Com a abertura política no Brasil, surgiram vários movimentos sociais, entre eles o “por creche”. A existência da creche passou a ser reivindicada como direito dos trabalhadores, adquirindo uma nova conotação, saindo da postura de aceitação

do paternalismo estatal ou empresarial. Os grupos populares lutavam por creche, entre eles, encontravam-se os grupos de mulheres, influenciado pelo movimento feminista.

O elevado número de demanda por creche levou o setor público, que não se comprometeu com a população pobre, a incentivar o atendimento a crianças em “creches domiciliares”, mas a própria comunidade de periferia visualizava este atendimento, como sendo emergencial e inadequado.

Por iniciativa própria, a população de classe sócio-econômica mais baixa passou a criar creches comunitárias, a partir dos anos 70, sendo muitas administradas pela própria comunidade e financiadas pelo setor público.

A constituição de 1988, através do artigo 208, inciso IV, coloca:

*É dever do Estado com a educação que será efetivada mediante a garantia (...) de atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.*

Da Constituição surgiu uma nova proposta de atendimento em creche. A criança passou a ser concebida como cidadã de direito em desenvolvimento, que visa, em conjunto com as famílias, ao desenvolvimento bio-psicosocial, a partir de uma proposta educativa. Mesmo assim, não se possui uma definição desta proposta a nível governamental, pois somente com a aprovação da lei de diretrizes de base que se dará a definição do currículo de atividades. Muitos autores, porém, que estudaram o ensino fundamental já possuem sua proposta



*a qual deverá considerar tanto o grau de desenvolvimento da criança quanto os conhecimentos culturais básico a serem por ela apropriados (OLIVEIRA, 1994, p.22).*

Embora a constituição expresse a universalização do atendimento para as crianças de zero a seis anos, verifica-se que está longe de alcançar seus objetivos, ou até mesmo impossível, frente à conjuntura em que se encontra o Estado Brasileiro.

Em suma, a história da creche está diretamente relacionada com

*a modificação do papel da mulher em nossa sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos. As mudanças naquele papel insere-se no conjunto complexo e contraditório de fatores presentes em nossa organização social com suas características econômicas políticas e culturais Oliveira, 1988, (apud, GEIS, 1994, p.62).*

Na sua constituição, a creche foi extremamente marcada pela política social empregada à população infantil, possuindo três fases: a sanitarista, a assistencial e a educacional que vigora atualmente.

Hoje, a creche possui duas funções a desempenhar:

*Educacional: no seu sentido amplo, que responde às necessidades de desenvolvimento infantil nos primeiro anos de vida.*

*Guarda: complementando os cuidados com a criança fornecidos pela família, atendendo às necessidades dos pais que trabalham fora de casa, entre outros (CAMPOS, 1993, p. 106).*

Para conceitualizar creche tem que se levar em conta vários elementos, conforme mostra Campos (1993, p.107):

- *objetivos de educação, guarda e assistência;*
- *características diversas da faixa etária compreendida entre 0 e 6 anos.*
- *necessidades específicas de clientela diversificadas;*
- *vinculação institucional a órgãos de bem-estar ou educação;*
- *período de funcionamento parcial ou integral;*
- *qualificação do pessoal.*

A partir desses elementos, que são variáveis, é que vai resultar a forma de atendimento específico de cada creche.

Desta forma, podemos colocar que a creche comunitária Nossa Senhora da Boa Viagem, atualmente, possui a função de guarda da criança, enquanto os pais trabalham e de assistência às famílias carentes da comunidade e localidades vizinhas. Essas atendem crianças de faixa etária de zero a seis anos, sendo que estende o atendimento a crianças de até dez anos, onde recebe reforço escolar.

A instituição possui vinculação com a Secretaria da Educação, tanto a nível municipal quanto estadual, através da Secretaria da Família, mediante convênios.

Os profissionais que desenvolvem atividades na creche possuem baixa qualificação profissional, havendo a ausência de profissionais como um pedagogo, passando a creche a trabalhar mais o caráter assistencial do que o educacional. Constatamos que a instituição desenvolve atendimento assistencialista.

A **creche assistencialista** não possui como objetivo compartilhar com as famílias a responsabilidade pela criança atendida, mas

*considera inaptas e incompetentes no cuidado de seus filhos, culpados pela carência e problemas que as crianças trazem à creche, as famílias são percebidas e tratadas com objeto de julgamento moral, obstáculo ao trabalho que é desenvolvido na creche e ao próprio desenvolvimento da criança. Essa relação de dominação se manifesta com uma ruptura com as famílias e fica expressa nas dificuldades criadas para sua participação nas decisões da creche (...) as crianças e sempre percebida a partir do que lhe falta e não do que apresenta (HADDAD, 1991, p.101).*

Esse contexto se manifesta na forma de atendimento oferecido à população usuária da creche Nossa Senhora da Boa Viagem.

Como é o nível de atendimento oferecido à população infantil no Estado de Santa Catarina, em especial o público e não governamental, veremos a seguir apenas uma pequena noção, devido à dificuldade encontrada em obter informação nos órgãos públicos, exceto na Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família, através da Gerência de Creches Comunitárias, que colocou algumas informações.

## 1.2. Contexto Catarinense de Atendimento Infantil

A situação do atendimento em creche, no estado de Santa Catarina, não é diferente do contexto nacional, marcada pela baixa qualidade do atendimento, pois, percebe-se que a educação, atualmente, não é prioridade governamental, principalmente não sendo do ensino regular, como creche.

Muitas instituições públicas, comunitárias, filantrópicas, não visam ao lucro, como é o caso da creche em que estivemos presentes. A situação delas é marcada pela:

*(...) insuficiência de recursos, má qualidade do atendimento, os quadros profissionais deficitários sem formação específica e muitas vezes composto por voluntários, na baixa razão adulto-criança, na ausência de legislação específica e normas básicas de funcionamento, (...) superlotação, condições físicas que oferecem perigo, ou mesmo foco de contaminação, equipamentos inadequados à idade das crianças e ausência de propostas educativas formuladas e planejadas (HADDAD, 1991,p.26).*

Dentro deste quadro se encontram a maioria das creches catarinenses, exceto raras exceções.

A população infantil do estado de Santa Catarina, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é de 710.693 crianças, mas apenas

155.959 recebem atendimento em creches e pré-escolas em entidades públicas, particulares e sem fim lucrativo. Isto corresponde a 22% da população infantil.

Conseqüentemente demonstra a insuficiência do atendimento, principalmente o destinado à população desfavorecida, em especial em creche, já que a prioridade é a pré-escola como demonstra o quadro abaixo, segundo dados da Gerência de Creches Comunitárias da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e da Família:

NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS POR FAIXA ETÁRIA					
REGIME DE ATENDIMENTO	FAIXA ETÁRIA				CRIANÇAS QUE RECEBEM ATEND. PRÉ-ESCOLAR NA FAIXA DE 4 A 6 ANOS
	TOTAL	0 a 2	2 a 4	4 a 6	
4 HORAS	68.867	2.270	16.823	49.774	49.774
6 HORAS	46.149	9.664	17.411	19.040	19.040
ABRIGO* (1)	4.289	70	508	3.711	3.711
ABRIGO* (2)	6.089	680	824	4.583	4.583

\* ABRIGO (1) GOVERNAMENTAL E (2) NÃO GOVERNAMENTAL

O atendimento é oferecido, segundo o quadro abaixo, de acordo com os dados obtidos pela Gerência de Creches Comunitárias:

#### 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO EXISTENTES

ESFERA ADMINISTRATIVA	TOTAL	CONVENIADAS			NÃO CONVENIADAS		
		GRATUITO	PAGO	MISTO	GRATUITO	PAGO	MISTO
1.1 - PÚBLICAS							
FEDERAL	19	15	-	-	4	-	-
ESTADUAL	413	168	9	12	210	-	14
MUNICIPAL	1.987	1.294	18	283	332	12	48
1.2 - PRIVADAS	252	51	1	7	20	169	4

Pela Constituição de 1988, ficou expresso que a educação infantil ficaria sob responsabilidade dos municípios, visto, o elevado número de unidades de atendimento nos municípios. Isso não quer dizer que o Estado de Santa Catarina não possua responsabilidades, como veremos no decorrer do item que segue.

O Governo do Estado, de acordo com a Constituição Federal vigente, criou, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família a Gerência de creche.

Esta gerência possui como objetivo acompanhar as ações desenvolvidas na área da educação infantil e visa a efetivar o decreto nº 1.723/92, cujo decreto é a política para entidades conveniadas desenvolvida pelo atual governo do Estado. Nele encontra-se propostas de educação infantil de 0 a 6 anos e as normas e diretrizes de atendimento.

O conteúdo dessa política, em suma, coloca os seguintes pontos:

- As finalidades da Educação Infantil
- Recursos Humanos
- Espaço Físico
- A organização didático-pedagógica
- Da autorização
- Os critérios para convênio entre a Secretaria de Educação, Cultura e

Desporto e Instituições. (anexo nº 1, p.77).

Segundo informação coletadas, há várias creches no Estado de Santa Catarina que não possuem autorização de funcionamento da Secretaria da Educação, mesmo sendo conveniadas (recebem recursos financeiros do Estado de Santa Catarina). Portanto, a Gerência de Creches Comunitárias coloca como

exigência, principalmente para as entidades conveniadas, que efetuem esta autorização para a viabilização do convênio, sendo que as creches terão que preencher os requisitos do decreto 1.723/92 para continuar a vigência do convênio.

A gerência busca junto às creches nessa situação, formas de ajudá-las a adequar-se, pois o objetivo não é fechar a instituição, mas possibilitar desenvolver um trabalho de qualidade para a população, visto serem poucas as instituições existentes que prestam serviço à população, mais que estas ofereçam um atendimento de qualidade.

Outro programa efetuado é a capacitação profissional, através da reciclagem e atualização dos profissionais das coordenadorias regionais que repassam às entidades conveniadas, através de orientação sistemática às creches.

Esta prática de capacitação aos profissionais é importante, pois a maioria dos educadores das creches de Santa Catarina não possuem formação profissional adequada; entre estes, poucos possuem o curso de magistério, resultando na baixa qualidade educacional desenvolvida nas creches.

Muitos municípios, através de suas Secretarias de Educação, efetuam também a capacitação dos profissionais de creche, como acontece em Florianópolis onde membros da secretaria vão às creches, como foram à creche Nossa Senhora da Boa Viagem, fazem um dia de estudo sobre creche, e, em conjunto elaboram o planejamento de atividades a serem realizado durante o mês.

Compete ao estado de Santa Catarina, segundo Campos ( 1993, P. 114 ), as atribuições referente à Educação Infantil, segundo a constituição vigente, juntamente com algumas medidas para tornar o atendimento de qualidade, como:

- *Gestão, coordenação, controle e avaliação dos sistemas estaduais de educação, que devem incluir, entre seus objetivos, a educação em creches e pré-escolas;*
- *elaboração e coordenação dos planos estaduais de educação;*
- *adaptação das normas e diretrizes federais na organização dos sistemas estaduais de educação;*
- *fiscalização e supervisão de creches e pré-escolas privadas e de empresas;*
- *participação na questão e no controle de convênios entre órgãos públicos e entidades privadas;*
- *execução de uma política de formação de recursos humanos para creches e pré-escolas;*
- *definição de critérios para recrutamento e credenciamento de profissionais que atuem em creches e pré-escolas;*
- *elaboração de propostas curriculares para creches e pré-escolas;*
- *execução direta supletiva de serviço de creches e pré-escola nas regiões e municípios que não demonstrem condições de garantir esse atendimento .*

Apesar de citados, não é objetivo aqui analisar a Política desenvolvida pelo Estado para com a população infantil, pelo fato de não se ter condições, devido à falta de informações necessárias, apesar de se ter informação de que há uma articulação entre a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e da Família e da Secretaria Estadual de Educação e de Desporto, que tem como



*objetivo estabelecer uma política unificada no atendimento da criança de 0 a 6 anos, deixando a creche de ter apenas objetivos assistenciais, organizando-as sob a ótica da educação, visando uma atenção integral, definindo competência e funções articuladas nos vários níveis, estadual, municipal, empresarial, não governamentais, nas áreas de saúde, educação e assistência (DOCUMENTO DA GERÊNCIA DA CRECHE COMUNITÁRIA, 1995).*

Nessas áreas, algumas medidas foram tomadas a partir do decreto 1.723/92. Agora falta colocar em prática para modificar esta realidade, juntamente com outras iniciativas. Mas para alterar esta realidade é preciso dar continuidade ao trabalho aqui iniciado em outros governos, além de aperfeiçoá-lo. Só que com a descentralização do atendimento, recai sobre os municípios a maior responsabilidade pelo ensino fundamental. Desta forma o estado não se compromete tanto para alterar a situação, ficando esse compromisso só com os municípios.

Vê-se, então, que o atendimento infantil no Estado de Santa Catarina é marcado pelo baixo nível de qualidade, na maioria das entidades, juntamente com a insuficiência de vagas frente à demanda. Pergunta-se: o que o serviço social pode fazer frente a esta realidade? Ser, na instituição, através da ação profissional, o mediador da relação entre as famílias usuárias e instituição, visando a uma relação democrática. Desta forma, traz uma grande contribuição, assunto a ser desenvolvido no item a seguir.

### **1.3 - A Busca de uma Relação Democrática entre Creche-Famílias, através do Serviço Social.**

O Serviço Social, em toda a sua existência, sempre esteve presente em creches. Na creche comunitária, Nossa Senhora da Boa Viagem, vem atuando desde a criação da mesma. Há 17 anos que o profissional do Serviço Social participa da instituição, período em que passaram dez (10) profissionais, permanecendo, em média, de um a dois anos cada um. No momento o serviço social da creche não possui memória histórica, isto é, nenhum documento foi encontrado, desta forma colocaremos algumas informações de sua trajetória.

O assistente social vem exercendo uma participação essencial na trajetória da creche Nossa Senhora da Boa Viagem, sendo que a ação profissional do assistente social constitui duas fases, uma com a participação da FUCADESC, como órgão gestor do programa de centros sociais urbanos, e outra, após extinção desse órgão de apoio, que causou modificações e limites na prática profissional.

O Serviço Social, desde o início das atividades da creche, não se limita só aos serviços da creche, mas envolve-se em todos os programas desenvolvidos no Centro Social Urbano, pois possui a função de acompanhar a execução de todos os programas aí desenvolvidos até hoje.

A participação do assistente social iniciou com a assistente social Ivete Simmionatto, que exercia a função de gerente geral do equipamento C.S.U. e de assistente social.

Para a creche iniciar suas atividades, houve a seleção das crianças de 0 a 6 anos que seriam atendidas por ela. A seleção era de acordo com os requisitos postos pelo convênio com a FUCABEM - Projeto Casulo. A ação profissional

consistia em selecionar a população mais carente, além dos requisitos já colocados no item 1.1.

Portanto, a creche era um programa seletivo, devidamente relacionado com as políticas sociais, que em nosso país sempre foram compensatórias.

Com o início das atividades da creche, foi criada a Divisão Técnica, em que o serviço social passou a ser chefe desse setor, cuja chefia foi assumida pela profissional — senhora Maria Luiza Felipe Baltazar, com a função de acompanhar a execução de todos os programas do C.S.U., além da creche.

A ação profissional do assistente social nessa época, consistia em ser o **mediador** entre a instituição e a população, visando a buscar o maior número possível de inclusão, juntamente com a participação da população no programa-creche, que possuía limites, postos pela instituição, que eram barreiras a serem ampliadas na medida do possível. Além da seleção de crianças a serem atendidas e do acompanhamento dado à execução das atividades da creche, o assistente social realizava, também, um trabalho com as mães das crianças, de forma sistemática; era um **trabalho educativo**, através de palestras, da avaliação dos serviços prestados, a nível de recursos humanos, alimentação e higiene, onde o usuário poderia colocar sugestões para aprimorar o trabalho. O trabalho era desenvolvido tanto a nível individualizado como grupal, muitas vezes nas reuniões.

Organizou-se, inclusive, um “Clube de Mães”, denominado “Sempre Vivas”. Eram mães atendidas pelo projeto-casulo creche. Estas realizavam trabalhos manuais, juntamente com um trabalho educativo, tanto de orientação de educação dos filhos, como de saúde. De acordo com a necessidade do grupo, organizaram-se palestras e até mesmo debates entre o grupo. Esta iniciativa teve curta duração devido à ausência da participação das mães, pois o horário coincidia com o período

de trabalho. Havia também atendimento individual, neste contexto era realizado mas não conseguimos informações de como isso ocorria.

Nos anos 80, o serviço social veio desenvolver a mesma prática do início da creche. Em relação à seleção das crianças mudaram alguns critérios, mas permaneceu a seleção de crianças de famílias carentes. Nesta época emergiu uma associação de pais, mas quando começou a se organizar ocorreu a extinção da FUCADESC. Em consequência, desmontou a estrutura de apoio ao programa-creche, com saída de profissionais, ausência de recursos financeiros e extinção do convênio. Sobre reunião de pais não conseguimos informações de como ocorria; sabe-se, no entanto, que o assistente social esteve sempre presente. São essas as informações conseguidas através de entrevistas com a professora Ivete Simmionatto, ex-funcionária do Centro Social Urbano. Sendo que, na segunda fase da creche, as informações foram conseguidas através de funcionários que vivenciaram a prática do serviço social, juntamente com as observações efetuadas no período de estágio, durante dois semestres.

Na segunda fase do serviço social na creche Nossa Senhora da Boa Viagem, o assistente social permaneceu como chefe da Divisão Técnica e responsável pela creche, frente ao Conselho Comunitário, além dos trabalhos burocráticos, pois permaneceu coordenando a execução dos poucos programas que ainda existiam no Centro Social Urbano.

A atuação do Serviço Social neste período deixou de desenvolver o papel de mediador entre a população usuária e a instituição; também não realizou mais o trabalho educativo e, afastando-se gradativamente, de uma postura democrática, passou a desenvolver uma prática institucionalizada.

Esta postura está diretamente relacionada com a falta de profissionais, tendo o Serviço Social necessidade de suprir essas deficiências, transformando-se em um profissional administrativo, sem espaço para desenvolver sua prática, devido ao acúmulo de tarefas. Esse contexto é a configuração atual do serviço social na creche. É dessa forma que colocaremos a ação profissional do assistente social.

Uma das funções específicas do serviço social na creche Nossa Senhora da Boa Viagem, como já foi colocado, é a seleção das crianças para serem atendidas pela creche.

O acesso das crianças na creche exige que a mãe ou responsável pela criança passe por um processo de seleção, posto pelo Conselho Comunitário, que vem sendo construído historicamente — o assistente social possui autonomia em efetuar a seleção.

Inicialmente, a mãe da criança passa por uma entrevista exclusivamente com fim burocrático, visando a preencher a ficha de triagem. Nesse momento é preciso apresentar os seguintes documentos: certidão de nascimento, cartão de agendamento do SUS, carteira de vacinação e comprovante de emprego. Caso a família não possua esses documentos é orientada como consegui-los.

Com a realização desse procedimento é informado a mãe ou responsável, que terá que esperar vaga, caso não exista naquele momento.

A seleção da criança é realizada mediante situação sócio-econômica, portanto ligada a medidas técnicas burocráticas, que é a condição de inclusão ou exclusão dos serviços prestados. Adota como critério que a mãe da criança exerça atividade remunerada, e a família terá que possuir uma renda “per capita” inferior a um salário mínimo, juntamente com a apresentação dos documentos já mencionados.

Posteriormente, o profissional faz uma análise das fichas de acordo com a situação sócio-econômica. Em decorrência, localiza o responsável pela criança e a entrevista é então marcada e realizada.

No decorrer deste procedimento se a criança estiver apta a ingressar na creche, o assistente social passa a mãe da criança informações sobre o cumprimento das normas institucionais e determina a data do ingresso da criança na creche, em caso de haver vaga disponível no momento.

A partir desta descrição, constatamos que não há espaço para um diálogo democrático que vise à conscientização da população de seus direitos e a real situação das instituições, principalmente àquela a que recorre. Portanto, como diz Oliveira (1995, p.22):

*O trabalho do assistente social está, justamente, em garantir avanços. Sua prática deve orientar-se para desvelar o sentido do direito à creche. Se este sentido não fica claro, os serviços continuam sendo repassados como benesses, favores e ajuda aqueles segmentos excluídos do usufruto de bens e serviços.*

Outra função específica do serviço social é de orientação às famílias e seu encaminhamento aos benefícios internos ou externos à instituição, juntamente com um acompanhamento sistemático às famílias e as crianças da creche com “problemas”.

A relação deste profissional com os usuários dá-se de forma constante, visto exercer a função administrativa na creche e estar sempre em contato com as

famílias, além de entrar em contato com os usuários, através das reuniões de pais, solicitadas por este profissional, onde repassa informação da instituição.

A postura deste profissional depende da visão de homem e de sociedade que possui, juntamente com a prática política, que poderá ser de manutenção da ordem vigente ou de possibilitar mudanças de ordem significativa; neste processo a população usuária é o agente desencadeador do processo de mudanças, através de uma relação democrática e o serviço social atua como mediador.

Na creche em que estivemos presentes durante algum tempo, observou-se que as famílias atendidas estabelecem algum tipo de relacionamento com os educadores, compreende que todos os profissionais da creche possuem função educativa, mesmo assim em geral, a relação estabelecida entre os mesmos caracteriza-se pela distância; não há uma troca, mas um reconhecimento de ambas as partes.

Evidentemente, a relação que se estabelece entre ambos depende muito da qualidade do atendimento da creche e do nível de participação que a mesma oferece às famílias sendo que dois pontos vão determinar a concepção sobre o papel da creche e das famílias, na instituição. (OLIVEIRA, 1994)

Caso a creche não ofereça um bom atendimento, vão surgir insatisfações por parte das famílias, como também, se não visar à participação dos pais na instituição, mesmo que possua atendimento de qualidade para as crianças, que não busca a participação dos pais surgem insatisfações que são legítimas.

Portanto, o serviço social possui o papel de se fazer mediador dessa relação, dando abertura para as famílias colocarem em sua insatisfação, porém buscando junto aos profissionais da creche refletir sobre a mesma, a fim de levar a uma transformação.

Cabe ao assistente social despertar o interesse dos profissionais a formarem uma equipe interdisciplinar, buscando uma intervenção unitária, não mais fragmentada do fazer profissional, pois o objetivo comum a todos é educar.

Desta iniciativa tanto os profissionais, como pedagogos, professores e demais pessoas envolvidas no processo estarão mais expostos, frente à equipe desta forma despertando o interesse e a necessidade de atualização profissional. Em consequência o nível de qualidade do atendimento na creche será bastante elevado.

Em relação aos pais, nas reuniões com estes, possibilitar um momento agradável, a começar pela escolha do tema da reunião. Solicitar, inclusive, que os pais sugiram temas do interesse e da necessidade deles, fugindo assim do tradicional: piolho, atraso no horário de entrada e saída, etc. Estes assuntos podem ser conversados individualmente. Se assim se proceder, poderá surgir uma nova relação entre os próprios pais e entre pais e educadores, que resultará em um fluxo de conhecimento, do vivido e do científico, sendo importante para os profissionais da creche.

Cabe ao assistente social, nessas reuniões, a iniciativa de organizar, juntamente com os outros profissionais e pais, o encaminhamento da reunião como de todo o andamento da creche. Ampliar a participação das famílias na creche, de uma forma democrática, onde a democracia e os cidadãos organizados, como uma associação de pais e educadores, são chamados a decidir, entre alternativas reais, com liberdade de expressão e de opinião sobre um determinado assunto. Isso tudo resultará em uma melhor qualificação do atendimento em creche e em ações dela decorrentes, de alguns representantes das famílias e dos educadores.

Para Oliveira (1994, p.116) efetivar a participação das famílias na creche



*significa reconhecer que a creche é um dos contexto de desenvolvimento da criança compartilhando com a família e educação da mesma. Isto implica compartilhar os sucessos e as dificuldades que se apresentam, é acima de tudo, transformar este trabalho em colaboração mútua, sem dúvida há de se determinar o que deve ser responsabilidade da creche e o que deve ser da família, mas os papéis de cada um só vão se construindo a partir do exercício cotidiano do diálogo.*

O bom relacionamento entre educadores e família dar-se-á de uma forma contínua, no cotidiano. Isso influi muito no trabalho com as crianças, pois as dificuldades emergidas poderão ser facilmente resolvidas, ainda com maior segurança.

Essa relação é permeada de acontecimentos, que causam desequilíbrio, pelas quais passam educadores e pais, que de certo modo vêem-se unidos pela afetividade da criança. Ressalta-se o fato de os educadores possuírem um papel a desempenhar, como educadores e não como alguém que propõe substituir um membro da família (tia). Sabe-se que a criança necessita de cuidados que não lhe é negado, mas sabe-se também que, não é só isto: além de cuidados, ela cria laços afetivos.

Uma iniciativa que o serviço social poderá efetuar é o acolhimento das famílias que chegam à creche. Este primeiro contato deve dar-se em clima favorável, para diminuir as inseguranças dos pais em deixar a criança na creche. Repassar informações importantes para a família, como horário de alimentação, por

exemplo, e também prepará-las para o que vai acontecer em relação às atividades e o comportamento de cada fase da criança, como a “fase das mordidas”. Isso tudo deve ser feito de uma forma sistemática.

Enfim, a participação das famílias usuárias da creche pode trazer grandes modificações no atendimento, tornando-o de qualidade, pois haverá um envolvimento maior entre profissionais e famílias, sendo que cada um tem um papel a desempenhar, visto que o que os une é a afetividade pela criança, em que o assistente social poderá ser o mediador dessa transformação.

## **CAPITULO II**

### **As Representações da Creche Para as Mães Usuárias**

#### **2. Preliminares**

Neste segundo capítulo, objetivamos apresentar a realidade da creche Nossa Senhora da Boa Viagem, hoje. Fato que vem intercalado com a fundamentação teórica relacionada a representações das mães, isto é, o que significa a creche para elas, através da vivência com a instituição. Mostra-se, também, a metodologia da pesquisa, seguidas das considerações finais.

#### **2.1 - A creche Nossa Senhora da Boa Viagem**

A vivência junto à creche Nossa Senhora da Boa Viagem, durante a realização do estágio, possibilitou compreender o universo dessa instituição.

A creche faz parte do equipamento “Centro Social Urbano Dom Joaquim Domingues de Oliveira”. É co-gerenciada pelo conselho comunitário do Saco dos Limões e cabe a este conselho representar os interesses e anseios da comunidade, bem como administrar seus programas, sendo um destes a creche, através de um gerente geral.

A creche atende 190 crianças com faixa etária entre 03 meses a 06 anos, e estende o seu atendimento a 38 crianças com idade de até 10 anos, que freqüentam o ensino regular. Funciona diariamente de segunda a sexta-feira, sendo a permanência máxima do tempo das crianças de 11 horas diárias. As crianças são divididas por faixa etária em 8 grupos de trabalho, denominados "GT's".

Cada grupo de trabalho conta com 1 (uma) professora, em regime de 8 horas, e 2 (duas) auxiliares de sala, que na verdade são bolsistas do curso de magistério, sendo que os GT's 1 e 2 possuem 3 (três) bolsistas, todas em regime de 6 horas.

A rotina da creche consiste:

**das 7:00 às 8:15 h** - Entrada das crianças em sala onde é verificado, na presença do acompanhante, se a criança está com piolho; caso esteja não permanece. Em caso de atraso é autorizada a permanência da criança em sala somente pela Divisão Técnica por motivos especiais.

**das 8:30 às 9:00 h** - café da manhã. As refeições são realizadas em sala, pois a creche não possui refeitório. Embora no prédio possua espaço, não é autorizado pela gerência para esse uso.

**das 9:00 às 11:00 h** - Atividades

**das 11:00 às 12:00 h** - Almoço

**das 12:00 às 14:00 h** - É obrigatório o repouso para todas as crianças.

**a partir das 15:00 h** - Lanche

- Atividades

- Sopa do GT1 e GT2.

A higiene das crianças é efetuada de acordo com o grau de desenvolvimento, portanto, ao GT1 e GT2 é dada maior ênfase, como também a algumas crianças de gt3.

As atividades pedagógicas são realizadas de acordo com o planejamento proposto para cada grupo de trabalho. O desenvolvimento das atividades pedagógicas começou a ter mais ênfase junto aos profissionais da creche, após a realização das Paradas Pedagógicas — denominação dada ao dia de estudo realizado pela secretaria da Educação do município de Florianópolis junto às creches.

Esta prática foi uma conquista para os profissionais, pois a gerência não aceitava, devido à interrupção das atividades no dia da parada pedagógica. Esta visualiza a creche somente com a função de guarda das crianças para que as mães pudessem trabalhar. Não a concebe como um local que contribui ativamente para o desenvolvimento da criança, que necessita de profissionais qualificados.

Essa iniciativa, de qualificação dos profissionais, trouxe pequenas mudanças no trabalho realizado junto às crianças, como também despertou o interesse de duas professoras a voltarem a estudar. Esse é um processo gradual e lento, agravado por não ter entre os profissionais da creche um pedagogo.

Atualmente, a creche possui um quadro funcional de:

02 assistentes sociais

09 professoras

18 auxiliares de sala (bolsistas)

02 assistentes técnicos

04 cozinheiras

03 auxiliares de serviços gerais

Cabe aos assistentes sociais a direção da creche, a supervisão das atividades realizadas, juntamente com os trabalhos burocráticos; reunião com os pais, atendimento às famílias, que abrange orientação e encaminhamento de recursos internos e externos da comunidade, supervisão ao grupo de terceira idade “união”, Escolinha de Esportes, dos Cursos Profissionalizantes e atendimento à comunidade.

Segundo Milanez, 1985 (apud SCHAUFFERT, 1995, p.85):

*É importante que o assistente social, na sua prática, veja em cada pessoa um ser dotado de inteligência e vontade, possuído de aspirações e de valores. Nessa perspectiva cabe ao assistente social oferecer condições para que cada pessoa descubra-se como um ser em potencial e com capacidade de intervir junto ao meio ao qual está inserido.*

Durante a realização do estágio na creche, sentiu-se a necessidade em saber de mais dados sobre as famílias usuárias da creche, em relação à situação econômica e social, juntamente com a representação que as famílias possuem sobre a creche.

Esta pesquisa foi realizada visando a contribuir para o trabalho desenvolvido pelos profissionais da creche, em especial pelo serviço social.

## 2.2 - Metodologia da pesquisa

Este estudo caracteriza-se por sua natureza descritiva. Os estudos caracterizam-se pela descrição de fatos e fenômenos determinados da realidade. Como afirma Triviños (1987, p.110):

*Esses estudos têm por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade.*

Na primeira etapa deste trabalho foram colhidos dados históricos sobre a creche e o serviço social, com a professora Ivete Simmionatto, da Universidade Federal de Santa Catarina e profissionais da instituição.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista focalizada conforme Gil (1987, p. 116):

*Este tipo de entrevista tem como objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas.*

Também utilizamos a observação participante, durante a realização do estágio, que segundo Gil (1987, p.108), a observação participante

*é uma técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.*

Na segunda etapa, a população deste estudo foi composta pelas mães das crianças da creche Nossa Senhora da Boa Viagem, sendo que os seus filhos não freqüentavam o ensino regular. Desta população, selecionou-se por acessibilidade 40% das mães da creche, a fim de participarem do estudo.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a entrevista estruturada com perguntas abertas e fechadas, sendo, uma técnica, segundo Sellitz (apud GIL, 1989, p. 113)

*... bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem (...) bem como acerca da suas explicações ou razões a respeito das coisas (...)*

Para efetuar as entrevistas foi elaborado um roteiro com perguntas, visando a obtenção dos dados. As entrevistas foram realizadas na instituição e fora dela. Percebeu-se que fora da instituição as mães verbalizavam semi intimidação, pois não se sentiam pressionadas, sendo que muitas mães pediram para não serem identificadas na entrevista.

A pesquisa possui como questões norteadoras, as seguintes perguntas:

- Qual a representação da creche para as famílias?
- Qual a situação sócio-econômica das famílias ?
- Quais as contribuições que a creche traz para as mesmas ?
- Quais as falhas da instituição frente ao atendimento às famílias ?

Os dados coletados foram analisados quantitativamente com o auxílio qualitativo, sob um referencial teórico adquirido na primeira fase da pesquisa.



Faz-se necessário desenvolver um referencial teórico sobre representação social, para, a seguir apresentar o resultado da pesquisa.

### **2.3 - Referencial Teórico sobre Representação Social e principais análises da pesquisa**

O estudo das representações sociais ao longo do tempo vem apresentando relevância para desvendar a sociedade, pois possibilita conhecer os sujeitos sociais, as relações com os mesmos e a sociedade. A partir dessa relação vem edificando a história da sociedade e dos próprios sujeitos.

Na década de 60, o francês Sergi Moscovici, psicólogo social, propõe uma nova teoria de representação social, devido a seu descontentamento com as teorias positivista e funcionalista no campo das ciências sociais, isso porque percebia que as mesmas não davam conta de explicar a realidade, principalmente a dimensão histórico-crítica. Dessa forma ele coloca um novo enfoque de compreender a realidade, criando a (psi)sociologia do conhecimento. Para o autor:

*As representações sociais são uma modalidade específica de conhecimento, que tem função de elaborar comportamento e a comunicação entre os indivíduos no âmbito da vida cotidiana (CARRARO, 1995, p.32).*

Desta forma, devido ao valor desta proposta que tem sido elemento de referência para estudo de diversas áreas profissionais — como o serviço social, que começa a dar seus primeiros passos, pois possibilita compreender a realidade social posta, visando a trabalhá-la a fim de modificá-la.

Para isso, neste item, trabalharemos o conceito de representação social.

Em 1961, Sergi Moscovici definiu o conceito de representação social, ampliando esse conceito em 1981, conceito esse de grande complexidade, devido às suas alterações como pode ser observado:

*(...) um conjunto de conceitos, explicações se originam na vida diária, no discurso das comunicações intervindas. São o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças da sociedade tradicional. Poder-se-ia dizer que são a versão contemporânea do senso comum. Moscovici, 1981 (apud, CARRARO, 1995, p.33).*

Segundo um de seus seguidores, como Harré, a representação social foi assim definida:

*É uma atividade mental pela qual o sujeito constitui uma imagem, idéia, pensamento ou conceito de objeto. Ela está sempre ligada ao objeto, que pode ser pessoa ou coisa. A representação social possui dois sentidos que estão extremamente relacionados:*

*1.- A representação é uma semelhança ou reprodução de uma coisa ou pessoa, neste sentido a semelhança parece ser física e a representação irônica.*

*2- A representação é a ação de colocar um fato antes de outro, através de um discurso, o que, para o indivíduo é percebido como uma ação que se apresenta para a mente ou para a imaginação.*

Guareschi, 1993, (apud CARRARO, 1995, p.33).

Para Moscovici, o ser social nos pode ser compreendido como reprodutor de idéias, formadas por crenças, mitos emergidos de um grupo social, mas como um ser que capta conhecimento científico, que reelabora e recria, de acordo com sua linguagem, seu nível de compreensão e suas necessidades instantâneas. Desta forma, a ciência é socializada em um movimento, gerando a

*formação de um outro tipo de conhecimento adaptado a outra necessidade, obedecendo a outros critérios, um contexto social preciso (MOSCOVICI, 1978, p.24).*

Mas o conceito de representação social na perspectiva dialética proposta por Moscovici, em 1978, deixa de ser restrito a um conceito passando a ser visto como:

*fenômenos que estão ligados com uma forma especial de se adquirir e comunicar conhecimento, uma forma de criar realidade e senso comum Moscovici, 1981, (apud GEIS, 1995, p.17).*

Nesta perspectiva dialética, as representações sociais possibilitam o conhecimento concreto da consciência, por ser manifestação de seu pensamento, expressado através da linguagem, que são os dados empíricos, portanto, são o ponto de referência para a análise das representações.

Quanto ao conceito de representações sociais Guareschi, 1994, (apud CARRARO, 1995, p.35) afirma que há três postulados, em que se verifica sua importância, quando empregados.

- *É um conceito que não restringe ao seu próprio conceito, mas inclui outros. Como de representações coletivas, opinião pública, cognição social, ideologias;*
- *Tem poder reprodutivo, porém não substitui, mas incorpora os outros conceitos, indo a fundo no esclarecimento casual dos fenômenos.*
- *O elemento social é algo que consiste das representações, não é uma entidade separada. O social determina as pessoas, mas é parte substantiva delas nas representações sociais, o ser humano é concebido como sendo necessariamente social.*

Nesta direção, define-se como conceito de representações sociais as seguintes dimensões:

*O que forma as representações sociais, como elas se constituem e quais os efeitos dessas representações. É por um conceito dinâmico, gerador (gerativo), racional, amplo, político, ideológico, (valorativo) e por isso tudo, social Guareschi, 1994, (apud CARRARO, 1995, p.36).*

Com todas essas colocações, faz-se necessário ainda apresentar a noção de representações sociais.

Para Moscovici a noção de representações sociais é constituída as inter-relações e na comunicação entre os membros de um grupo social. O ser social se apropria de parte do conhecimento científico, transformando e organizando, segundo suas necessidades e possibilidades disponíveis no momento da vida cotidiana. Os sujeitos apoderam das noções correntes e recriam esta informação em seu psiquismo e a devolve através de seus julgamentos. Portanto, não se pode verbalizar em um conhecimento abstrato e fixo, imune das interpretações subjetivas, já que o homem apodera-se dele enquanto condição para construir a sua realidade objetiva, visando a tornar familiar o que lhe é desconhecido, em um duplo movimento de aproximar o objeto social externo de seu conhecimento e de moldar, o que conhece, à realidade que se apresenta. Portanto, a realidade dá-se em um processo de ir e vir, juntamente constituído. O percebido é trazido à mente e ordenado segundo um modelo pré-existente em outro. Procura-se verificar a existência real de um conceito abstrato. Desta forma, coloca-se uma característica do desconhecido que permite reconhecê-lo em uma categoria conhecida, sendo que se faz necessário classificar, rotular o desconhecido, o que significa aplicar-lhe característica ou comportamento definido segundo um modelo, um protótipo já existente, sendo que este recebe julgamento valorativo.

Nesta proposta, Moscovici (1988) destaca a visão de sujeito ativo na sociedade, se contrapondo a forma como foi reduzido o homem na teoria positivista, como ser não atuante.

Depois de colocarmos este referencial teórico sobre representação social, discorreremos sobre o resultado da pesquisa realizada na creche. Utilizamos como

metodologia, quanto ao perfil de amostra, a entrevista estruturada com pergunta fechada, com as mães da creche, cujos filhos não freqüentam o ensino regular.

Colocaremos a primeira aproximação da realidade da creche Nossa Senhora da Boa Viagem, quanto ao perfil.

Quanto à faixa etária, dos participantes da entrevista, constatamos:

FAIXA ETÁRIA	PORCENTAGEM
18 a 25 ANOS	40%
26 a 35 ANOS	52%
36 a 45 ANOS	8%
TOTAL:	100%

Através destes dados, constatamos que a faixa etária das mães compreende de 18 a 45 anos, prevalecendo de 26 a 35 anos.

Em relação à procedência destas, identificamos:

- 10% são da região sul do Estado, sobressaindo Criciúma, Tubarão e Laguna;
- 23% são provenientes da região serrana do Estado, sendo a maioria de Lages;
- 28% são naturais de Florianópolis;
- 10,5% são provenientes das cidades vizinhas, como São José, Paulo Lopes e Angelina;
- 19% são procedentes do Oeste do Estado, principalmente Chapecó;
- 9,5% são procedentes de outros Estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Paraíba.

A partir destes dados constatamos que 62,5% das mães são naturais de outros municípios fora da grande Florianópolis, sendo 9,5% são de outros estados. Destas, 8 mães colocaram que estão na cidade há menos de 3 anos, desta forma há um fluxo emigratório, principalmente na Caeira do Saco dos Limões.

Quanto ao número de filhos, segundo a amostra resultou:

- 25% das famílias possuem 01 filho;
- 35% das famílias possuem 02 filhos;
- 30% das famílias possuem 03 filhos;
- 05% das famílias possuem 04 filhos;
- 2,5% das famílias possuem 05 filhos;
- 2,5% das famílias possuem 06 filhos.

A constituição da maioria das famílias se dá com menos de três, filhos. Sendo que a média de filhos por mulher resultou 2,28, um número satisfatório já que 80% destas expressaram não desejar ter mais filhos. Consideramos ser a faixa etária das entrevistadas é relativamente baixa como já demonstramos.

Sobre a profissão das mães, identificamos:

PROFISSÃO	PORCENTAGEM
DOMÉSTICA	52%
FAXINEIRA	25%
MANICURE	1%
COPEIRA	1%
AUXILIAR GRÁFICA	1%
ENFERMEIRA	1%
COZINHEIRA	5%
PROFESSORA	1%
DESEMPREGADA NO MOMENTO	13%
TOTAL:	100%

Verificamos que 82% das mães desenvolvem atividade braçal, que não requer conhecimento, embora as mães, como veremos a seguir, possuem um nível de escolaridade satisfatório. Este resultado constata a falta de oportunidade em outras atividades, devido ao fato de Florianópolis não possuir indústria, somente possui emprego, para as pessoas menos qualificadas em atividades lojistas ou nas atividades aqui arroladas.

Quanto ao nível de escolaridade, observamos:

ESCOLARIDADE	PORCENTAGEM
ESTUDANTE	1%
ANALFABETO	7%
1º GRAU - 1ª à 4ª - INCOMPLETO	21%
1º GRAU - 1ª à 4ª - COMPLETO	10%
1º GRAU - 5ª à 8ª - INCOMPLETO	29%
1º GRAU - 5ª à 8ª - COMPLETO	16%
2º GRAU INCOMPLETO	13%
2º GRAU COMPLETO	3%
TOTAL:	100%

Os resultados desses dados são relativamente satisfatórios, pois 7% são analfabetos, 16% conseguiram completar o 1º grau e 3%, o 2º grau. Verificamos que o nível de escolaridade está relacionado a melhor oportunidade de emprego, mas com a crise econômica que o país atravessa, a população vem perdendo poder aquisitivo. Desta forma, desenvolver atividade junto ao lar pode ser uma medida de



mais renda, pois reduz as despesas e favorece à empregada em motivos especiais contar com a ajuda da patroa.

Quanto à realização das atividades remuneradas, no mercado formal e informal constatamos que:

- 48% trabalham no mercado informal;
- 52% trabalham no mercado formal.

Os resultados revelam que 52% da amostra possuem benefício trabalhista, enquanto que 48% não possuem nenhum benefício nem mesmo contribuem para a previdência social como autônomo. Considera-se esse índice satisfatório pelo fato de, em nossa sociedade, a prestação de serviço junto ao lar muitas vezes, não ser concebida como profissão legalmente reconhecida, embora seja, sendo que o direito trabalhista é uma conquista de cidadania.

Em relação à localização residencial, a amostra mostrou que:

LOCAL DA RESIDÊNCIA	PORCENTAGEM
CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES	49%
SACO DOS LIMÕES	38%
COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ	5%
RIO TAVARES	2%
RIBEIRÃO DA ILHA	2%
SERRINHA	2%
MONTE SERRAT	2%
TOTAL:	100%

A partir desses dados, podemos constatar que 68% das entrevistadas moram em comunidade carente, que não possui infra-estrutura. Como se observa no quadro acima, 45% da amostra residem no Caeira do Saco dos Limões, uma área emergentemente crítica.

Quanto às condições das residências, constatamos que:

TIPO DE MATERIAL	CONDIÇÃO DA RESIDÊNCIA	N <sup>OS</sup> CÔMODOS	PORCENTAGEM
MADEIRA	RUIM	1	13%
MADEIRA	RUIM	2	16%
MADEIRA	RUIM	3	13%
MADEIRA	SATISFATÓRIA	4	8%
MISTA (MADEIRA E ALVENARIA)	BOM	4	4%
MISTA	BOM	5	18%
MISTA	BOM	6	12%
ALVENARIA	BOM	4	7%
ALVENARIA	BOM	6	6%
ALVENARIA	BOM	5	3%
TOTAL:		100%	

A partir desses dados, verificamos que 50% da amostra residem em casa de madeira; 16% residem em casa de alvenaria, e 34% em casa mista (alvenaria/madeira). Sendo que 30,5 das mães expressaram que não possuem banheiro em sua residência. Constatamos, através da pesquisa, que 29% da amostra não possuem privacidade em seu lar. Esses dados expressam a realidade analisada na amostra, pois 42% das famílias residem em situação precária, pelo

fato de a renda familiar não suprir nem mesmo as necessidades básicas emergenciais.

Em relação à situação econômica familiar das mulheres entrevistadas, identificamos que:

- 48% das famílias possuem um rendimento “per capita” em média de R\$125,82 reais por mês.
- 35% possuem um rendimento “per capita” em média de R\$73,80 reais mensal.
- 17% das famílias possuem um rendimento “per capita” em média de R\$38,00 reais.

Através desses dados, constatamos que as famílias das entrevistadas são de nível sócio-econômico baixo, sendo que 52% da amostra possuem rendimento “per capita” inferior a um salário mínimo por mês.

Quanto à composição da estrutura familiar, identificamos:

ESTRUTURA FAMILIAR	PORCENTAGEM
FAMÍLIA NUCLEAR ORIGINAL	54%
FAMÍLIA NUCLEAR (2º RELACIONAMENTO)	10%
FAMÍLIA MONOPARENTAL (CHEFIADA POR MULHERES VIÚVAS, SEPARADAS E MÃE SOLTEIRA	36%
TOTAL:	100%

Os dados demonstram que 64% das famílias são do tipo nuclear com a presença de pais, biológicos ou não, e 36 das famílias são chefiadas por mulheres.

Constatamos que 12,8 das famílias nucleares possuem problemas na sua dinâmica interna, devido ao alcoolismo do companheiro, a ausência deste na relação familiar, tanto economicamente como na educação dos filhos; muitos desses

“pais” mantêm uma relação de autoritarismo enfraquecendo ainda mais a relação, familiar já fragilizada, tantas vezes pelo uso de drogas, recaindo, assim, sobre a figura feminina a responsabilidade pelos filhos.

Identificamos que, das mães entrevistadas, 99% possuem dupla jornada de trabalho, e 1% possui jornada tripla: o trabalho, os afazeres domésticos e o estudo, sendo que 41% dos companheiros da amostra fazem tarefas domésticas, além de cuidarem das crianças, estando sempre presentes na vida familiar.

Sobre o lazer das entrevistadas, nos finais de semana e momentos de folga, resultou:

- 72% passam os momentos de folga fazendo as tarefas domésticas. Vêem televisão e raramente passeiam; quando passeiam vão à casa de parentes;
- 24% passeiam regularmente na casa de parentes, vão à praia, vêem televisão e vão para as praças brincar com os filhos;
- 4% passeiam bastante, vão à casa de parentes, à sorveteria, à praia, ao cinema — passam o maior tempo de sua hora de lazer dando atenção às crianças.

Os dados revelam que as entrevistadas são super-exploradas, tanto economicamente quanto no dia-a-dia para conseguirem sobreviver, pois 72% vivem em função dos filhos e do trabalho, restando pouco tempo para o lazer.

Quando indagamos sobre, em dificuldades familiares, a quem recorriam, resultou que:

- 30% da amostra recorrem às patroas;
- 42% recorrem à família, aos pais, irmãos, sogras e cunhados;
- 8% colocaram que não têm a quem recorrer, pois não possuem parentes na cidade, nem mesmo possuem relacionamento com os vizinhos onde moram.

Desta forma, não saberiam dizer se em casos especiais poderiam contar com os mesmos;

- 10% expressaram serem extremamente individualistas.

A partir desses dados, constatamos que 42% da amostra possuem como apoio a família, ou seja a rede primária, e 42% pedem apoio à rede secundária, às patroas, e 8% não têm onde recorrer, pois não possuem parentes nem amigos, além das 10% que se dizem individualistas.

Quando indagamos sobre os métodos “corretivos” utilizados para educar os filhos, identificamos:

- 24% colocam de castigo (no quarto, não deixam brincar nem ver televisão);
- 10% somente repreendem;
- 37% repreendem, se não atenderem aos apelos dos pais, batem, usando as mãos;
- 15% gritam com as crianças, caso não atendam, batem de cinta e chinelo;
- 14% não utilizam nenhuma estratégia, pois os filhos ainda são bebês.

Os dados revelam que 15% das famílias utilizam-se de métodos corretivos mais enérgicos em relação à amostra, mas ainda consideradas moderados. Sabe-se, no entanto, que com a alteração da dinâmica familiar, como fator econômico, stress familiar em conjunto com fator cultural, pode desencadear um processo de violência, maus tratos às crianças como foram identificados dois casos ocorridos com crianças maiores as crianças menores de 4 anos são normalmente poupadas.

Quando indagamos a respeito do conhecimento e utilização das instituições da comunidade tais como: posto de saúde, igreja, centro comunitário, etc., as respostas foram:

INSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE	PORCENTAGEM	
	CONHECEM	UTILIZAM
POSTO DE SAÚDE	100%	29%
IGREJAS	60%	20%
CENTRO COMUNITÁRIO	100%	100%
POSTO POLICIAL	100%	DESATIVADO
DELEGACIA DE POLÍCIA	100%	0%
ESCOLAS	100%	10%
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	20%	10%

Identificamos que as entrevistadas conhecem as instituições da comunidade; 100% conhece o centro comunitário, pois é onde se localiza a creche Nossa Senhora da Boa Viagem; 10% expressaram que participam de associação de moradores no Caeira “Amoca”. Sendo que 29% sempre utilizamos serviços médicos do posto de saúde, apesar de colocarem que é difícil conseguir uma consulta médica devido à grande procura. Muitas vezes, procuram, em casos de emergência, um hospital como Universitário (HU - UFSC) e o Hospital Infantil Joana de Gusmão; 10% utilizam os serviços da escola, devido ao fato de seus filhos estarem na idade escolar.

Quanto ao perfil da amostra, podemos concluir que abrange mulheres de faixa etária de 18 a 45 anos e a maioria são procedentes de outras cidades, mas estão há algum tempo na cidade. Possuem uma média de 2,28 filhos. Todas desenvolvem atividade remunerada, sendo a maioria faxineira e doméstica; 52% desenvolvem atividade no mercado formal e 48% no mercado informal, resultando o fato de que todas possuem dupla jornada de trabalho. Possuem, ainda, um nível de

escolaridade satisfatório. A maioria reside em locais de periferia, como Caeira do Saco dos Limões, um dos locais mais pobres da área de abrangência do Centro Social Urbano. Possuem uma renda “per capita” em média inferior a R\$125,82 reais, sendo que o salário mínimo atual é de R\$ 112,00 reais. Constituem famílias, a maioria, 64% do tipo nuclear e 36% das famílias da amostra constituídas de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, mas destas 12% possuem problemas na sua dinâmica interna. Este é o resultado, em suma do perfil da amostra.

A seguir, colocaremos **as representações deste grupo sobre a creche e o serviço social.**

**- Na visão metodológica:**

As mães deram sua visão da creche Nossa Senhora da Boa Viagem e do serviço social, a partir de suas compreensões emergidas no cotidiano vivenciado na instituição, relacionados com o significado que a creche e o serviço social apresentam na vida de cada uma.

Neste processo, a vivência de cada mãe, que está em relação com o mundo social é que vai determinar a visão que possui da creche e de serviço social.

Essas representações foram colhidas através de entrevistas com as mães, sendo que o resultado será colocado a seguir:

**Da visão da creche:**

As mães entrevistadas colocaram o significado da creche, quanto à sua função, como sendo um local que elas possuem para deixar os filhos pequenos enquanto trabalham. A representação das mães é constituída a partir de sua vivência concreta, pela necessidade da guarda de seus filhos, como expressaram através de seus depoimentos:

*É para os pais deixar os filhos para trabalhar, cuidam deles, cuidam bem as crianças (Mãe H., 21 anos, 2 filhos, 2 anos na creche).*

Vê-se que a mãe coloca o significado da creche quanto à sua função de guarda das crianças para os pais trabalharem. Esta representação está relacionada com a história da creche Nossa Senhora da Boa Viagem, pois vem destinando o seu atendimento para as crianças que as mães trabalham fora de casa, sendo que até hoje é um dos requisitos posto no processo de seleção das crianças na creche, como foi arrolado anteriormente.

Outras mães emitem, em suas falas, a mesma visão de creche, com a função de guarda:

*(...) Antes de entrar na creche o “E” ficava comigo, eu trabalhava e levava junto, daí sacrificava ele, né! Ficava o dia todo no carrinho de neném, sentado (...) agora ele fica na creche, agora posso deixar ele aqui. E posso trabalhar mais, daí posso fazer mais faxina (...) (Mãe, 26 anos, 1 filho, 2 anos na creche).*

A mãe coloca a necessidade que possui da creche guardar seu filho para poder trabalhar. Historicamente, a creche desenvolve a função de guarda da criança, complementando os cuidados para que os pais possam trabalhar. Isso vem acontecendo desde o início da instituição no Brasil, principalmente na fase assistencial.

É também essa concepção assistencial concebida pelas mães, como pode ser constatado no depoimento que segue:



*A creche está aqui para ajudar as crianças necessitadas (...) que não têm tanto que precisam da creche para sobreviver (Mãe A.A., 26 anos, 5 filhos, 4 na creche, 5 anos na creche).*

Através dessa verbalização percebe-se que a entrevistada visualiza a creche ainda na fase assistencial, voltada para atender a população carente, com vista a suprir as necessidades básicas das crianças. A creche Nossa Senhora da Boa Viagem desenvolveu um trabalho somente voltado para assistência, através do “Projeto Casulo”; hoje seu trabalho está voltado para um trabalho assistencialista.

Na visão de creche como assistência, outras mães colocaram que na creche os filhos são bem tratados, ganham comida adequada e, inclusive, ganham peso, tornando-se saudáveis:

*Eles (os filhos) engordavam. O tratamento é bom. Sabia, que eles eram bem magrinhos. Agora tão bem gordinhos, com saúde, mudou bastante coisa, pra mim. Eu dou aquela confiança pra creche, que vai dar tudo certo! (Mãe J.J, 37 anos, 2 filhos, 2 anos na creche).*

Esta mãe remete o significado da creche, como bem-estar para seus filhos. Desta forma, a creche passou a suprir, de certa forma, as necessidades destes, em virtude de sua condição sócio-econômica. Constatamos que a creche possui também a sua função assistencial a desempenhar.

*Eu deixo o “J” lá na creche, sei que as tias cuidam bem dele, dão comida na hora certa, sei que ele tá bem, daí a gente sai de lá (da creche) tranqüila pra vim trabalhar. Devia ter mais creches pras mães (Mãe S., 32 anos, 4 filhos, 2 na creche, 6 anos na creche).*

Esta mãe expressa que sente segurança em deixar o seu filho na creche, sendo que coloca a insuficiência de atendimento frente à demanda, pois percebe que o espaço é de fundamental importância para as mães poderem trabalhar. Sua visão de creche também limita-se à de guarda e assistência.

Em relação à assistência, as mães expressaram que a creche trouxe benefícios para as mesmas. Vejamos:

*Quando eu consegui a creche pra eles (referindo aos filhos) eu comecei a trabalhar, já deu pra comprar mais, só o dinheiro dele (referindo ao marido) não dá (Mãe J.J., 37 anos, 2 filhos, 3 anos na creche).*

Através da verbalização das mães, constatamos que a creche é um dos poucos serviços prestados à população de baixa renda, que traz benefícios diretos, pela guarda da criança, e, indiretos, pelo fato de liberar a mulher para o mercado de trabalho e diminuir a despesa junto ao lar.

Analisando os dados quantitativamente, quanto a benefício indireto, chegamos ao seguinte resultado:

- 95% da amostra, ou seja, 60 mães colocaram que com a permanência das crianças na creche, aumentou a renda familiar, devido à redução dos gastos com alimentação em conjunto com sua contribuição financeira.

- destas, 34% expressaram ter conseguido efetuar algumas melhorias na casa, colocando água e luz, comprando móveis; também algumas adquiriram terrenos e outras estão construindo a casa própria.

Mas, 5% das mães verbalizaram que a creche não trouxe benefício, além da guarda da criança:

*Além da guarda e cuidados básicos com a criança ela (a creche) tem também a função de educar, é uma extensão (referindo a educação da família) mas não é como eu gostaria (...) (Mãe M., 37 anos, 2 filhos, ambos na creche, 5 anos de creche).*

A mãe coloca que a creche também possui a função de educar as crianças em conjunto com a família, mas constata que a creche não realiza esta função como gostaria. Verifica que a instituição não visa à participação das famílias no processo educativo, pois necessita de uma relação democrática entre a creche-famílias sendo que o serviço social pode ser o **mediador** desta relação, onde cada qual teria um papel a desempenhar, com o objetivo comum de educar. A creche Nossa Senhora da Boa Viagem já desenvolveu um trabalho educativo de alto nível de qualidade, mas havia de certa forma a participação de pais neste processo. Este trabalho foi abandonado por ocasião da extinção da FUCADESC.

Acrescenta outra colocação, na mesma direção:

*(...) as professoras estão devagar, elas poderiam trabalhar com as tias do Getúlio (referindo à pré-escola pública da comunidade). A creche deveria fazer mais trabalhinhos eu gosto muito de ver os trabalhinhos das crianças no corredor, eu acho uma gracinha, mas podia fazer mais coisa, né (...) a filha da minha patroa é da idade da minha, na creche, não é creche, é jardim, né! Lá as coisas são diferentes, ela tem caderno, por que aqui não tem? (...) (Mãe C.C., 27 anos, 3 filhos, 1 na creche, 4 anos na creche).*

Esta mãe coloca sua representação extrapolando o espaço institucional, remetendo a visão da creche a partir de sua relação com o mundo social.

Historicamente, o atendimento em creche sempre veio sendo destinado à população de baixa renda, visando a suprir as deficiências a que esta população estava sujeita. Portanto, sempre teve a preocupação pela guardada criança e a sua assistência, sendo que a maioria das vezes desenvolveu um atendimento de caráter assistencialista com a creche Nossa Senhora da Boa Viagem. A creche assistencialista não visa à participação das famílias nas decisões da creche, se assim o fizer, são julgadas de incompetentes em relação à educação e ao cuidado de seus filhos.

Percebemos que, historicamente, houve pouca preocupação em desenvolver em creche um trabalho educativo/pedagógico, detendo-se mais em uma proposta compensatória. A creche que é referência deste trabalho, ou seja, Nossa Senhora da Boa Viagem, já desenvolveu um trabalho educativo/pedagógico quando teve em sua equipe técnica uma pedagoga, com o apoio de toda a estrutura adequada; foi somente naquele período.

Em contra-posição, desde o início deste século, a população de nível econômico alto já possuía os jardins de infância onde se desenvolve um trabalho educativo que visa ao desenvolvimento intelectual.

Atualmente, a creche é reconhecida como um espaço educacional. Desta forma, há possibilidade de alterar este quadro. Uma das possibilidades de modificar a forma de atendimento da creche é através da participação efetiva das famílias usuárias no processo decisivo.

Em relação à creche, como significado educacional, as mães expressaram sua representação a partir de sua vivência concreta na creche, emitindo sua avaliação a respeito da instituição:

*(...) Falta preparo para os profissionais que educam as crianças. Elas berram muito, é na base do berro e da imposição. Na hora do almoço e de dormir é um caos, quando eu pego eles (os filhos) na hora do meio-dia eu tremo com os berros delas. Isto pra fazer as crianças dormirem, onde deveria ser um ambiente de calma, de tranquilidade (...) ainda ficam muito naquela de olhar, brincar, dar comida, em alguma coisa de higiene elas cuidam também (referindo aos profissionais da creche, principalmente os professores), mas a parte pedagógica-educativa ainda é pouco podem ser melhor desenvolvidas (...) sabes que pessoas que não tem condições de exercer o magistério e estão ali? (Mãe P., 37 anos, 2 filhos, 5 anos na creche).*

A partir desta representação sobre a creche, constata-se que a creche desenvolve um trabalho de caráter assistencial do que educacional devido a fatores, como: falta de preparo dos profissionais, falta de recursos didáticos e humanos como um pedagogo. Percebemos, portanto, que a creche após a extinção da FUCADESC, teve seu nível de qualidade educacional drasticamente reduzido, passando a desenvolver mais as funções de guarda e assistencial. Apesar de tudo isso, o serviço social poderá ser um dos agentes provocadores de transição - da linha assistencial para educacional - através de uma participação democrática das famílias da creche.

**- Da visão de participação e do serviço social.**

Os participantes desta pesquisa remeteram à creche uma relação de dependência, como veremos:

*Eu nunca reclamo porque eu acho que tudo depende delas*  
(referindo aos profissionais da divisão técnica) *não depende do pai*  
*ou da mãe dizer o que eles dizer e fazer, dá certo* (Mãe A.J., 40  
anos, 6 filhos, 1 na creche, 4 anos de creche).

Esta mãe coloca que da sua vivência de mãe junto à creche, as iniciativas de organização de festas, reuniões, decisões, não visam à inclusão das famílias; sempre parte da divisão técnica, causando subordinação pela prestação do serviço. Atitude esta que **“estabelece um vínculo de conformismo”** (OLIVEIRA, 1989, p.172).

O serviço social, na sua ação na creche, busca refletir sobre sua prática, visando a abrir espaço que busque a participação das famílias na creche.

Vejamos a colocação:

*Sabe, a gente depende da creche, por isso a gente não reclama, se a gente reclamar lá pras moças da divisão técnica, ela podem marcar a gente e a gente depende da vaga da creche para trabalhar (...) foi uma luta conseguir pôr os meus filhos na creche, cansei de ir lá. Falei com o seu Jaime (gerente geral C.S.U.) daí ele conseguiu pra mim. (Mãe X, 35 anos, 2 filhos, ambos na creche, 3 anos na creche).*

A mãe verbaliza que possui temor em efetuar crítica à instituição aos profissionais da divisão técnica, pois tem receio de perder a vaga da creche, em virtude de sua situação social. Portanto, não há espaço para as mães expressarem suas insatisfações de forma democrática. Situação esta que, na visão de Oliveira **encobre a relação de direito pela subordinação** (1989, p.172).

Chamamos atenção para o fato de que os profissionais de serviço social deveriam ficar mais atentos em suas ações, como também buscar junto ao usuário desmistificar esta visão.

Quando indagamos as mães sobre os direitos e os deveres de creches, contidos na instituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, constatamos que 60 mães não conhecem estas leis, o que corresponde a 97% da amostra; apenas 3% manifestaram conhecimento sobre o assunto. Portanto a creche não é visualizada como direito, mas ainda como um favor, desta forma, causa uma relação de dependência por subordinação.

Sobre as reuniões de pais, os usuários colocaram suas representações a partir de sua vivência concreta nesta atividade da creche. Colocaram que:

*As mães têm raiva dessa reuniões, é sempre a mesma história, sempre a mesma coisa, as mães reclamam das tias ( referindo aos professores e bolsistas) falam nada de importante (Mãe G, 26 anos, 2 filhos, ambos na creche, 3 anos na creche).*

Esta representação expressa que as reuniões são padronizadas, causando insatisfações, não são provocadas pelos pais, somente pelos profissionais da divisão técnica, sempre agendada por estes, onde os pais, de certa forma, não têm espaço de se expor por receio da sua dependência à creche. Este contexto exclui, segundo Oliveira (1988, p.171) **a autoparticipação do assistido no processo.**

Essa exclusão causa uma relação de dependência do usuário em relação ao autoritarismo da instituição. Desta forma, neste procedimento não há espaço para uma relação democrática.

Esses fatos alertam para o cuidado que o serviço social tem de ter nas suas ações, muitas vezes inconscientes, pelo acúmulo de tarefas. É preciso ficar atento para modificar esse contexto, na instituição. Tornar a reunião de pais em um evento agradável, que possibilite reflexões sobre a realidade da creche e a vivência de seus filhos nesta e buscar despertar o interesse das famílias pela creche. As mães



colocaram sugestões para serem debatidas nas reuniões. Foram os seguintes temas:

- a educação dos filhos, através de palestras e debates;
- que falassem sobre o mercado de emprego, direcionado ao delas;

Elas expressaram que gostariam que fosse criado um grupo de mães. Pode ser retomada esta iniciativa do início do funcionamento da creche, pois as mães possuem interesse em participar.

Quando indagamos sobre a criação de uma associação de pais e professores, e se gostariam de fazer parte, obtivemos o seguinte resultado:

A FAVOR	GOSTARIA DE FAZER PARTE	NÃO GOSTARIA DE FAZER PARTE	CONTRA A CRIAÇÃO
98%	85%	13%	2%

Constatamos que 98% da amostra foram a favor da criação de associação de pais e professores sendo que destes 85% gostariam de estar presentes no grupo. Há uma expressão muito grande das mães em participar da creche. É preciso que a equipe técnica fique atenta a essas representações, porque essas são as grandes possibilidades de trabalho com as famílias usuárias.

Sobre o serviço social, as mães manifestaram, que 82% não conhecem o trabalho do serviço social, sendo que este profissional, depois da extinção da FUCADESC passou a assumir mais funções, descaracterizando a identidade da sua prática profissional específica. Passou a ser visualizado somente como chefe da divisão técnica, responsável pela creche. 18% da amostra conhecem o trabalho do

serviço social, pois já se utilizaram do serviço específico do serviço social, na creche.

Assim as mães colocaram as suas representações sobre o serviço social:

*A chefe da divisão técnica ela exige muito das mães (...). Agora tem duas né (referindo-se às assistentes sociais) em primeiro lugar o trabalho delas, elas não querem ouvir os problemas da gente, elas colocam as coisas como, a gente é culpada (...) Estou só com duas faxinas por semana, agora elas dizem que eu não devo trazer as filhas pra creche (...) Sabe que quando não tem serviço é que a coisa fica feia pra gente. Eu trabalho hoje é como amanhã (...) elas mandam recado pra ir lá (referindo a creche) daí elas dizem que tem que trazer o comprovante de emprego (Mãe B.C., 25 anos, 3 filhos, todos na creche, 7 anos de creche).*

Esta representação destaca que o serviço social é de fundamental importância para as famílias usuárias. Por outro lado, o serviço social deve estar aberto a uma auto-crítica, ouvir essas colocações sem o espírito preconceituoso, pois é através dessa representação que se compreende o papel do serviço social na creche.

A postura intransigente do serviço social

*provoca o antidiálogo que impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o*

***desenvolvimento ou a abertura de sua consciência*** (OLIVEIRA, 1989, p.172).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos a partir deste trabalho que a creche Nossa Senhora da Boa Viagem se apresenta como uma instituição assistencial que desenvolve trabalho de caráter assistencialista à população carente da comunidade do Saco dos Limões e mediações.

Esta concepção também é compreendida pelas mães que participaram da pesquisa, como sendo uma creche assistencial que desenvolve a função de guarda de seus filhos. Mas, algumas mães remeteram reflexões críticas à instituição, em relação a seu funcionamento.

Identificamos que o serviço social possui um papel de fundamental importância, na creche Nossa Senhora da Boa Viagem.

Em vista disso, o trabalho traz algumas observações visando a contribuir para um novo paradigma para o serviço social.

Constatamos que os profissionais de Serviço Social estão superatarefados em funções administrativas, sendo que destacamos a importância da disponibilidade de um assistente técnico para assumir algumas funções, de forma que os assistentes sociais possam desenvolver mais a sua ação profissional.

Destacamos a importância da valorização dos profissionais em geral, tendo estímulo através de remuneração, como também proporcionando a possibilidade de capacitação dos profissionais das diferentes áreas, pois é o recurso humano-financeiro que vai dar vida e qualidade à nova forma de atendimento educativo/pedagógica.

Portanto, colocamos a necessidade de um profissional de pedagogia, a fim de contribuir com o Serviço Social, para ser um dos agentes provocadores da transição da forma de atendimento assistencial para uma linha educacional.

Sabemos que tudo isto vai depender também de vontade política, a nível institucional e governamental, tendo em vista recursos humanos e financeiros, juntamente do Serviço Social.

Frente ao que foi exposto, conclui-se que **o grande desafio** do Serviço Social é o seu papel de mediador entre os usuários da creche e a creche como instituição, aqui, especificamente, a creche Nossa Senhora da Boa Viagem.

A partir de então, tentar-se-á fazer com que esta pesquisa seja discutida com as famílias usuárias da creche, com a equipe técnica e, principalmente, com o conselho comunitário do Saco dos Limões, contribuindo para a melhora do seu funcionamento, em uma perspectiva que ultrapasse a função assistencial de guarda para realizar a função educacional junto às crianças..

Que os dados estatísticos desta pesquisa sirvam para fundamentar projetos, tendo em vista a criação de projetos educativos que venham ao encontro do perfil da população usuária da creche, com o intuito de envolver a participação deste universo que demonstra o anseio de participar, criando espaço, através de uma associação de pais, grupo de mães, desenvolvendo com elas parceria de uma co-gestão e de uma co-participação.

Que o conteúdo desta pesquisa sirva também de subsídio para fundamentar outros projetos.

Colocamos, ainda, a necessidade do Serviço Social buscar junto à comunidade recursos que visem à capacitação dos profissionais da instituição.

Almejamos, como resultado deste trabalho, que o Serviço Social crie um espaço de participação com a população usuária da creche, juntamente com a comunidade, a fim de conquistar um espaço mais democrático.

Portanto, o desafio do Serviço Social está na área de recursos humanos, ao lado da área de democratização com a comunidade, de criar espaço democrático de participação.

Desta forma, colocaremos a importância da teoria de representação social, para o Serviço Social sempre estar ouvindo as representações sociais das usuárias, pois elas são a grande possibilidade de trabalho do Serviço Social, em sua área de atuação, na creche Nossa Senhora da boa Viagem.

## BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: Uma Defesa Das Regras do Jogo**, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 5ª edição, 1986.

CAMPOS, Maria Malta et al. **Creches e Pré-Escola no Brasil**, São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1993.

CARRARO, Cleonor Santino. **Teoria das Representações Sociais Como Instrumento Para a Análise da Separação Conjugal: Um Estudo na EMAJ**, Trabalho de conclusão de curso do serviço social, 1995.

DEMO, Pedro. **Políticas Sociais, Educação e Cidadania**, Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo: Editora Atlas, 1997.

GEIS, Maria Rosa. **Criar ou Educar Crianças?** Estudo de representação de Mães e de Educadores sobre o Papel da Creche, São Paulo: USP, 1994, Tese de doutorado.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família Brasileira, a Base de Tudo**, São Paulo: Cortez, 1994.

KRAMER, Sônia. O Papel Social da Pré-Escola, São Paulo: **Caderno de Pesquisa** nº 58, agosto de 1996, p.77-81.

KRAMER, Sônia. **A Política da Pré-Escola no Brasil: A Arte do disfarce**, 4ª edição, São Paulo: Editora Cortez, 1992.

HADDAD, Lenira. **A Creche em Busca de uma Identidade**, São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes et al. **Creches: Crianças, Faz de Conta & Cia**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **A Assistência Social: do Discurso do Estado à Prática do Serviço Social**, Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

OLIVEIRA, Zoraide Leitão de. Creche: Uma Experiência em Cena, **Cadernos de Textos de Serviço Social da UNAMA**, Belém - Pará, ano II, nº 02, setembro 1995.

OMEF. O Desafio da Formação Infantil, **Anais do I Congresso de Educação Pré-Escolar aos Pais do Cone-Sul**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 1988.

SCHAUFFERT, Marilucia Iamanina. **A Violência contra a Criança no Universo Familiar**, Florianópolis: UFSC, 1995, Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social.



TRIVIÑOS, Augusto Níbal da Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**,  
São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.

**ANEXOS**

DECRETO Nº 1.723/92

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 À 6 ANOS  
NORMAS E DIRETRIZES

O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com a Constituição Estadual e o Estatuto da Criança e do Adolescente, cumprindo meta do Plano SIM, o qual prevê ações educacionais através do estabelecimento de mecanismos de articulação com o Governo Federal, Governos Municipais e Entidades Filantrópicas, Conselhos e Associações Comunitárias, no sentido da unificação dos recursos, visando a expansão expressiva de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, busca soluções alternativas que mantenham a qualidade educacional do atendimento infantil, com contínua atualização e reciclagem de seus profissionais.

Para que se efetue o atendimento, esta Secretaria criou a Gerência de Creches, cujo objetivo é nortear as diretrizes, bem como acompanhar as ações desenvolvidas na área da educação infantil.

## 1 - FINALIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil tem por objetivos:

I - desenvolver um trabalho educacional voltado para a aquisição e ampliação de conhecimentos disponíveis em relação ao mundo físico e social, partindo da realidade social e cultural da criança (os conhecimentos que adquirimos, a linguagem, o saber, os valores do meio em que vivemos);

II - possibilitar o desenvolvimento integral da criança em seus diferentes aspectos (cognitivo, lingüístico, social, afetivo, psicomotor), respeitando as características apresentadas;

III - favorecer, através da estimulação, o desenvolvimento da criança nas áreas sócio-afetiva, psicomotora, cognitiva e lingüística;

IV - proporcionar à criança o desenvolvimento de sua auto-imagem positiva e convívio construtivo no seu processo de socialização e interação com o grupo, respeitadas as diferenças de classe social, etnia ou sexo;

V - para atingir os seus objetivos, a Educação Infantil deverá promover a convergência dos interesses da família, fortalecendo-a como instituição que exerce influência mais fundamental no desenvolvimento da criança, bem como favorecer a irradiação da Ação Social na comunidade.

## 2 - RECURSOS HUMANOS

Considerando-se as finalidades do Centro de Educação Infantil, uma equipe interdisciplinar exercerá suas funções em período integral e/ou parcial, de acordo com suas necessidades, sendo formada por assistente social, pedagoga, psicóloga, enfermeira e nutricionista. Na impossibilidade de inclusão desses técnicos no corpo de funcionários, torna-se-á imprescindível garantir Assessoria e/ou Supervisão especializada, através de organizações existentes na Comunidade, tais como postos de saúde, universidade, etc.

Para o exercício do magistério nos Centros de Educação Infantil, exige-se profissional com:

I - habilitação ao magistério em Educação Pré-Escolar, em nível superior;

II - habilitação ao magistério em Educação Pré-Escolar, em nível de 2º grau;

III - habilitação ao magistério de 1ª à 4ª série do 1º grau, em nível de 2º grau, acrescido de estudos adicionais específicos;

IV - na localidade onde comprovadamente a oferta de profissionais com habilitação não bastar para suprir a demanda, o magistério poderá ser exercido a título precário e suplementar por:

1 - professor com habilitação em magistério de 1ª à 4ª série, em nível de 2º grau, seguida de aperfeiçoamento específico, obtido em curso com duração mínima de 120 horas/aula;

2 - auxiliar de professor, que deverá estar cursando o 2º grau e que apresente condições satisfatórias para a execução de tarefas secundárias de assistência à criança, sendo-lhe vedada a regência de classe;

3 - orientador pedagógico, do qual se exigirá a habilitação em curso superior na área da Educação ou habilitação em Magistério a nível de 2º grau, acrescida de estudos adicionais específicos ou de experiência mínima de dois anos na área infantil.

### **3 - ESPAÇO FÍSICO**

O prédio destinado a abrigar o Centro de Educação Infantil deve dispor, no mínimo, das seguintes áreas, dependências e instalações:

**I - sala para administração;**

**II - sala para atividades infantis, com área mínima de 1,50m<sup>2</sup> (um metro e cinquenta centímetros quadrados) por criança, com boa iluminação e ventilação, com mobiliário e equipamentos adequados à faixa etária que se propõe a atender;**

**III - local para alimentação, com instalações e equipamentos em boas condições de higiene e segurança;**

**IV - cozinha dietética-local, com área mínima de 4,00m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), dotado de geladeira e demais utensílios e equipamentos necessários para o preparo de mamadeiras ou suplemento dietético para as crianças;**

**V - instalações sanitárias suficientes e próprias para as crianças, localizadas, se possível, próximas às salas de atividades, com abertura direta para o exterior, não devendo as portas conter fechaduras ou trincos;**

**VI - instalações sanitárias completas para uso das mães e do pessoal;**

**VII - área para atividades ao ar livre, com os seguintes requisitos:**

**a) dimensões mínimas de 4,00m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por criança em atividades;**

**b) equipamentos adequados à idade das crianças, mantidos em bom estado de conservação e higiene;**

**c) espaços livres para brinquedos e jogos;**

Parágrafo Único - Quando o Centro de Educação Infantil adotar o atendimento em regime de tempo integral, o prédio deverá conter local para refeições e repouso das crianças, com dimensões adequadas ao número de crianças e com mobiliário apropriado.

O prédio destinado a atender crianças de 0 a 2 anos, além das dependências e condições prescritas anteriormente, deverá ainda possuir:

I - berçário com berços individuais, divididos em subseções, com 10 berços cada uma, com área mínima de 3,00m<sup>2</sup> (três metros quadrados), respeitando-se a distância de 0,50 m uns dos outros e das paredes.

II - local para amamentação com área mínima de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), provido de cadeiras ou bancos de encosto;

III - solário que assegure a incidência direta dos raios solares;

IV - local para higienização das crianças, com balcão para troca de roupa e pia com água corrente;

V - lavanderia, quando necessário;

VI - sala para atendimento médico.

#### **4 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA-PEDAGÓGICA**

O centro de Educação Infantil definirá sua organização didática no Plano Curricular ou Plano Geral, que deverá conter:

I - descrição da localização geográfica da unidade, do grupo sócio-econômico a atender, da distância dos estabelecimentos congêneres, da disponibilidade de vagas por nível, e do período diário e anual de atividades;

II - descrição sucinta dos princípios filosóficos, metodológicos e bio-psico-sociais que norteiam as ações educativas;

III - relação dos recursos humanos, especificando a qualificação e as funções;

IV - plano didático, especificando os objetivos e as atividades programadas;

V - o sistema de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento bio-psico-social das crianças e os instrumentos para este fim utilizados;

VI - especificação das atividades a serem desenvolvidas junto à família e à comunidade;

VII - descrição da sistemática de atendimento à saúde e à nutrição das crianças;

VIII - previsão de atualização e aperfeiçoamento dos recursos humanos.

§ 1º - À vista das necessidades da comunidade, o Centro de Educação Infantil poderá funcionar o ano todo, mesmo em período de férias, desde que atendidos os direitos de professores e funcionários.

§ 2º - À instituição deverá exigir dos pais uma declaração do período de férias dos mesmos, na qual será contemplado o período de férias da criança.

§ 3º - Os Centro de Educação Infantil deverá funcionar da 7 às 19h, ficando a critério da mesma o rodízio de professores e auxiliares, respeitada a carga horária semanal.

§ 4º - Em qualquer dos níveis de atendimento, a organização das turmas levará em conta a idade, o grau de desenvolvimento e os interesses individuais, devendo o número de crianças por turma orientar-se pela seguinte tabela:



### QUADRO PARA 100 (CEM) CRIANÇAS

GRUPO DE CRIANÇAS	IDADE	Nº DE CRIANÇAS	PROFFISIONAIS	CARGA HORÁRIA
Berçário I	0 a 1 ano	12	2 professores 2 auxiliares	20h ou um prof. 40h 40h
Berçário II	1 a 2 anos	16	2 professores 1 auxiliar	20h ou um prof. 40h 40h
Maternal I	2 a 3 anos	16	2 professores 1 auxiliar	20h ou um prof. 40h
Maternal II	3 a 4 anos	16	2 professores 1 auxiliar	20h 40h
Jardim I	4 a 5 anos	20	2 professores 1 auxiliar	20h ou um prof. 40h 40h
Jardim II	5 a 6 anos	20	1 professor 1 auxiliar	40h 40h

### PESSOAL COMUM A TODOS (Por Creche)

Profissional	Quantidade	Carga horária semanal
Coordenador Geral	01	40 horas
Orientador Pedagógico	01	40 horas
Auxiliar Administrativo	01	40 horas
Auxiliar de Enfermagem	01	40 horas
Cozinheira	02	40 horas
Auxiliar de Cozinha	02	40 horas
Agente de Serviços Gerais	02	40 horas
Vigia	01	40 horas

## **5 - DA AUTORIZAÇÃO**

Para que o Centro de Educação Infantil seja reconhecido, faz-se necessário apresentar os seguintes documentos:

I - prova de existência da Instituição e de sua mantenedora, quando for o caso mediante apresentação do ato constitutivo e da respectiva certidão atualizada do registro no órgão competente (estatuto da mantenedora);

II - planejamento das atividades a serem desenvolvidas com as crianças;

III - proposta de atendimento e composição das turmas;

IV - planta baixa ou croqui do prédio, com metragem e destinação das dependências e áreas, com situação e localização do imóvel;

V - comprovação de propriedade do imóvel, mediante certidão do Registro de Imóveis, ou de sua locação ou cessão;

VI - orçamento anual, de forma a possibilitar a verificação do atendimento;

VII - comprovante da habilitação dos recursos humanos;

VIII - comprovante dos cursos de aperfeiçoamento dos recursos humanos;

IX - Alvará Sanitário expedido pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde;

X - declaração de autoridade pública local atestando o pleno funcionamento da Instituição.

## 6 - CRITÉRIOS PARA CONVÊNIO ENTRE A SEC E INSTITUIÇÕES

- A Instituição deverá manter um atendimento sistematizado com crianças de 0 a 6 anos.

- Atendimento a crianças pertencentes a famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

- Crianças procedentes de famílias que não tenham condições de assumir seus cuidados durante seu período diurno, quer por exercerem trabalho remunerado fora do lar ou na própria residência (costureiras, rendeiras, etc...).

- A Instituição não receba contrapartida financeira de sua clientela (mensalidade).

- Firmar convênio com a Prefeitura Municipal, visando obter recursos, no percentual mínimo de 15%.

Cabe às Instituições conveniadas a operacionalização do Centro de Educação Infantil, com uma organização técnico-administrativa, que seja flexível quanto à:

- estrutura física da unidade de atendimento, possibilitando adaptações futuras que se fizerem necessárias em decorrência de ampliações ou alterações dos grupos etários a serem atendidos;

- funcionamento, tendo em vista garantir o bom desempenho da Instituição através de:

- . manutenção da proporção adequada adulto/criança;
- . distribuição das funções de acordo com a capacidade dos funcionários;
- . definição e delegação de responsabilidade;
- . mecanismo de controle de avaliação do atendimento;

- participação dos funcionários em todas as etapas do planejamento do programa de atividades da Instituição, a fim de garantir uma execução satisfatória;

- organização e manutenção de um quadro de pessoal qualitativamente capaz e quantitativamente suficiente, correspondente à clientela a ser atendida;

- seleção e treinamento permanente aos funcionários para garantir a qualidade do atendimento;

- participação, sempre que houver convocação, de encontros e reuniões promovidos pela SEC;

- apresentação à SEC, do quadro mensal das crianças;

- encaminhamento da proposta de convênio para parecer técnico da SEC;

- mobilização junto à LBA - Legião Brasileira de Assistência buscando a cooparticipação no trabalho realizado;

- capacidade de manter-se em dia com as exigências estabelecidas.

Cabe à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto:

- assegurar o cumprimento das normas estabelecidas neste programa;

- acompanhar o funcionamento das creches;

- acompanhar e avaliar o trabalho desenvolvido com a Instituição;

- prestar assessoramento técnico-pedagógico;

- repasse financeiro através de convênio com a Instituição.

Os Centros de Educação Infantil existentes deverão adaptar-se às normas exigidas pela Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto.

Florianópolis, 11 de maio de 1992.

Publicado em Diário Oficial nº 14.438, 11 de maio de 1992, pag 1 à 3.





# CONSELHO COMUNITÁRIO DE SACO DOS LIMÕES

CENTRO SOCIAL URBANO "DOM JOAQUIM DOMINGUES DE OLIVEIRA"  
CRECHE "NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM"

## TERMO DE COMPROMISSO

### 01 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Xerox da certidão de nascimento da criança, caderneta de vacinação em dia. Comproven-  
te de trabalho dos pais, contra cheque dos pais.

### 02 - QUADRO DE VACINAÇÃO

Será realizado controle bimestral do esquema de vacinação das crianças. Para os ca-  
sos de negligência a Divisão Técnica tomará as medidas que considerar necessárias.

### 03 - DIAS DE ATENDIMENTO

A Creche funcionará de 2ª a 6ª, no horário previsto. Não funcionará aos sábados, do-  
mingos e feriados.

### 04 - TROCA DE ROUPA

Os pais deverão trazer roupas necessárias para permanência da criança na Creche. Quan-  
do a criança levar roupas da Creche, estas deverão ser devolvidas até 02 dias após, bem co-  
mo trazer sacos plásticos para roupa suja.

### 05 - HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O horário de entrada de crianças em sala, está compreendido entre 07:00 e 08:00 horas  
com 15 minutos de tolerância em casos especiais analisados pela Divisão Técnica. O horário  
de saída das crianças é até as 18:30 horas, sendo que no 1º dia de atraso, haverá 1 (um)  
dia de suspensão, o 2º 3(três) dias, o terceiro, uma semana e o 4º dia a criança será des-  
ligada da Creche.

### 06 - PROCEDIMENTO QUANTO AS FALTAS

As faltas deverão ser justificadas pelos pais. A ausência da criança na creche duran-  
te 05 dias consecutivos sem justificativa, implicará no preenchimento da vaga por outra  
criança.

### 07 - RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA

A creche só se responsabilizará pelas crianças entregues as professoras em sala de au-  
la. A criança só poderá entrar ou sair da Creche mediante pleno conhecimento dos pais. Qua-  
quer alteração do indicado a Divisão Técnica deverá ser comunicada. As crianças lavadas pa-  
ra casa por menores de idade, a responsabilidade, depois da entrega será totalmente dos pa-  
is.

### 08 - HIGIÊNE E ASSEIO CORPORAL

A higiene corporal e do vestuário da criança é de responsabilidade da família e da creche. As crianças deverão apresentar-se limpas, e necessário uma vigilância constante quanto às lesões de pele (sarna) e higiene do couro cabeludo (piolho). Em casos necessários a família será chamada, e quando a criança apresentar piolho não ficará na Creche neste dia.

#### - TRATAMENTO MÉDICO

Os pais serão responsáveis pelo tratamento médico da criança. Qualquer medicamento só será dado a criança mediante receita médica.

#### - DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Crianças portadoras de doenças infecto-contagiosas (sarampo, catapora, hepatite, etc...) serão suspensas do atendimento da Creche enquanto perdurar a infecção.

#### - REUNIÃO DE PAIS

A cada mês haverá reunião de pais, sendo obrigatório a participação do pai mãe ou responsável. A ausência desses por duas reuniões consecutivas implicará na suspensão por dois dias da Creche. 03 faltas a criança será desligada da creche.

#### - APOIO A EQUIPE TÉCNICA

Em caso de esclarecimentos, dúvidas, orientações, sugestões a família deverá dirigir-se à Equipe Técnica.

#### - OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

Só serão admitidas crianças em período integral cujos pais comprovadamente trabalhem e cuja renda percapita atinja até dois salários mínimos. Será obrigatório a renovação do atestado de emprego quando solicitado.

Estou ciente dos itens contidos neste documento e comprometo-me a respeitá-los, assim como respeitar os membros da Divisão Técnica, sob pena de suspensão ou até desligamento da criança da Creche.

Florianópolis \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 199 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura dos pais ou responsável pela  
criança

\_\_\_\_\_  
Responsável pela Triagem